



**INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
CAMPUS BLUMENAU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

DÉBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA

**O CONSELHO DE CLASSE NA PERCEPÇÃO DE CONSELHEIROS
DE UM CURSO DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO: NA TRILHA DA FORMAÇÃO
HUMANA INTEGRAL**

Blumenau

2022

DÉBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA

**O CONSELHO DE CLASSE NA PERCEPÇÃO DE CONSELHEIROS
DE UM CURSO DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO: NA TRILHA DA FORMAÇÃO
HUMANA INTEGRAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Blumenau do Instituto Federal Catarinense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a Dr^a Viviane Grimm

Blumenau

2022

S729c Souza, Débora Magna Santos Costa de
O Conselho de classe na percepção de conselheiros de um curso de ensino médio integrado: na trilha da formação humana integral / Débora Magna Santos Costa de Souza; orientadora Viviane Grimm. - Blumenau, 2022.

78 p.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal Catarinense, campus Blumenau
Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT),
Blumenau, 2022.

Inclui referências.

1. Conselho de Classe. 2. Ensino Médio Integrado. 3. Educação Profissional e Tecnológica. I. Grimm, Viviane. II. Instituto Federal Catarinense. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título

CDD 371.26

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Shyrlei K. Jagielski Benkendorf – CRB 14/662



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS N° 18862/2022 - CCPGEPT (11.01.09.31)

N° do Protocolo: 23473.001369/2022-92

Blumenau-SC, 29 de agosto de 2022.

DÉBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA

O CONSELHO DE CLASSE NA PERCEPÇÃO DE CONSELHEIROS DE UM CURSO DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO: NA TRILHA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 26 de agosto de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª. Drª. Viviane Grimm

Instituto Federal Catarinense

Orientadora

Profª. Drª. Roberta Pasquali

Instituto Federal de Santa Catarina

Profª. Drª. Alexandra Joelma Dal Pizzol Coelho Zanin

Instituto Federal Catarinense

Profª. Drª. Juliene da Silva Marques

Instituto Federal Catarinense

(Assinado digitalmente em 30/08/2022 16:10)
ALEXSANDRA JOELMA DAL PIZZOL COELHO ZANIN
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO
CCPED/VID (11.01.07.01.03.04.13)
Matrícula: 1730999

(Assinado digitalmente em 29/08/2022 19:43)
JULIENE DA SILVA MARQUES
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO
CGE/BLU (11.01.09.01.03.07)
Matrícula: 1411767


(Assinado digitalmente em 29/08/2022 17:59)

VIVIANE GRIMM

PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

CCERLU (11.01.09.01.03.07)

Matrícula: 1813398

 Documento assinado digitalmente
Roberta Pinheiro
Data: 29/08/2022 18:23:09 -0300
Verifique em <https://verificador.br.gov.br>

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 18862, ano: 2022, tipo: DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS, data de emissão: 29/08/2022 e o código de verificação: e4cfd12823



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS N° 18864/2022 - CCPGEPT (11.01.09.31)

N° do Protocolo: 23473.001370/2022-17

Blumenau-SC, 29 de agosto de 2022.

DÉBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA

NA TRILHA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: UM CONSELHO NO MEIO DO CAMINHO

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 26 de agosto de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª. Drª. Viviane Grimm
Instituto Federal Catarinense
Orientadora

Profª. Drª. Roberta Pasqualli
Instituto Federal de Santa Catarina

Profª. Drª. Alexandra Joelma Dal Pizzol Coelho Zanin
Instituto Federal Catarinense

Profª. Drª. Juliene da Silva Marques
Instituto Federal Catarinense

(Assinado digitalmente em 30/08/2022 16:09)
ALEXSANDRA JOELMA DAL PIZZOL COELHO ZANIN
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO
CCPE/VID (11.01.07.01.03.04.13)
Matrícula: 1730999

(Assinado digitalmente em 29/08/2022 19:43)
JULIENE DA SILVA MARQUES
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO
CGE/BLU (11.01.09.01.03.07)
Matrícula: 1411767

(Assinado digitalmente em 29/08/2022 18:00)

VIVIANE GRIMM

PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

CGE/BLU (11.01.09.01.09.07)

Matrícula: 1813298

Documento assinado digitalmente
 **gov.br**
Viviane Pires Grimm
Data: 20/08/2022 18:14:29 -0300
Verifique em <http://verificador.iti.br>

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **18864**, ano: **2022**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATORIOS**, data de emissão: **29/08/2022** e o código de verificação: **e3db5d71fa**

Para

Minha família e, em especial, Daniel, Maeve e Fernando, meus filhos amados;
Amigos queridos, de longe e de perto, sempre presentes em minha caminhada;
Educadores e educandos com quem compartilhei a pesquisa e minha
trajetória profissional.

*“Acho que tudo que acontece
é feito pra gente aprender cada vez mais,
é pra ensinar a gente a viver. Desdobrável.
Cada dia mais rica de humanidade”.*

Adélia Prado

RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense - Campus Blumenau, inserida na linha de pesquisa “Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica”, no “Macroprojeto 3 - Práticas Educativas no Currículo Integrado”, que teve como objeto de investigação o conselho de classe na proposta de Ensino Médio Integrado (EMI). O estudo buscou analisar a percepção dos conselheiros sobre a concepção e a função do conselho de classe em um curso do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), a fim de criar um produto educacional que contribua para a qualificação dessa prática pedagógica avaliativa como constituinte de um processo de formação humana integral na Educação Profissional e Tecnológica. Em interlocução com Dalben (2010), Cruz (2005), Hoffmann (2009), Pizoli (2009), Luckesi (2011), Vasconcellos (1998), Freire (2005), Ramos (2014) e Saviani (2013; 2014), discute-se a concepção de Conselho de Classe alinhada à proposta de Ensino Médio Integrado, considerando o lugar de seus agentes no desenvolvimento desse processo. Assim, em pesquisa de caráter instrumental e documental, o conselho é considerado não como espaço estanque com um fim em si mesmo, mas como parte integrante de um movimento que pode ampliar a visão de totalidade do trabalho educativo, deixando entrever representações e saberes dos sujeitos. Quanto à metodologia, trata-se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa, sendo os dados coletados por meio de questionário *online* aplicado com estudantes, docentes e servidores da coordenadoria pedagógica envolvidos com o curso. Conclui-se que os conselhos, ressaltando-se a relevância a eles atribuída por esses conselheiros, têm dificultado aos estudantes a tomada de consciência de seu desenvolvimento e, aos docentes e equipe pedagógica, a realização de um trabalho pedagógico crítico e integrado. Quanto ao produto educacional, o e-book “Na trilha da formação humana integral: um conselho no meio do caminho”, revela seu potencial no sentido de ampliar a compreensão de docentes e equipe pedagógica sobre o conselho de classe como *práxis* emancipatória, à medida em que acolhe e aponta necessidades e possibilidades de um trabalho pedagógico na perspectiva da formação humana integral.

Palavras-Chave: Conselho de Classe. Avaliação. Ensino Médio Integrado. Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

This article is the result of a research carried out in the Professional Master's Degree in Professional and Technological Education (ProfEPT) of the Instituto Federal Catarinense - Campus Blumenau, inserted in the research line "Educational Practices in Professional and Technological Education", in the "Macroproject 3 - Educational Practices in Integrated Curriculum", whose research object was the Class Council in the Integrated High School (EMI) proposal. The study sought to analyze the counselors' perception of the conception and function of the Class Council in a course at the Federal Institute of Santa Catarina (IFSC), in order to create an educational product that contributes to broaden the understanding of this evaluative pedagogical practice as a constituent of a process of integral human formation in Professional and Technological Education. In dialogue with Dalben (2010), Cruz (2005), Hoffmann (2009), Pizoli (2009), Luckesi (2011), Vasconcellos (1998), Freire (2005), Ramos (2014) and Saviani (2013, 2014), we discuss the if the Class Council conception is aligned with the Integrated High School proposal, considering the place of its agents in the development of this process. Thus, in research of an instrumental and documentary nature, the council is considered not as a watertight space with an end in itself, but as an integral part of a movement that can broaden the vision of the totality of the educational work, allowing for a glimpse of representations and knowledge of the subjects. . As for the methodology, it is a case study, with a qualitative approach, the data being collected through an online questionnaire applied to students, teachers and employees of the pedagogical coordination involved with the course. It is concluded that the councils, emphasizing the importance attributed to them by these councilors, have made it difficult for students to become aware of their development and, for teachers and pedagogical staff, to carry out critical and integrated pedagogical work. As for the educational product, the e-book "On the trail of integral human formation: a council in the middle of the way", reveals its potential in the sense of expanding the understanding of teachers and pedagogical staff about the Class Council as an emancipatory *praxis*, as in which it welcomes and points out the needs and possibilities of a pedagogical work in the perspective of integral human formation.

Keywords: Class Council. Evaluation. Integrated High School. Professional and Technological Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CP - Coordenadoria Pedagógica

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

IF - Instituto Federal

IFs - Institutos Federais

IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina

TAE - Técnico em Assuntos Educacionais

PE - Produto Educacional

ProfEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1. INTRODUÇÃO: ABRINDO O CAMINHO	19
2. PERCURSO TEÓRICO: CONSELHO DE CLASSE NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL	20
3. CAMINHOS PERCORRIDOS	28
4. O CONSELHO DE CLASSE EM UM INSTITUTO FEDERAL	30
5. CONSIDERAÇÕES	45
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	52
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO COLETA DE DADOS - DISCENTES	54
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO COLETA DE DADOS - DOCENTES	57
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO COLETA DE DADOS - COORDENADORIA PEDAGÓGICA	61
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO	65
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA DO IFC	68

APRESENTAÇÃO

O artigo aqui apresentado é resultado de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, ofertado no Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus Blumenau. Está inserida na linha de pesquisa “Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica”, no “Macroprojeto 3: Práticas Educativas no Currículo Integrado”, e tem como objeto de investigação o Conselho de Classe na proposta de Ensino Médio Integrado (EMI).

A problemática de pesquisa versa sobre até que ponto o Conselho de Classe no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) se constitui ou não como prática avaliativa emancipatória e integradora, possibilitando um fazer pedagógico crítico. Pautada em uma concepção de educação profissional comprometida com o processo de formação do ser humano em sua totalidade e imersa na realidade de um curso de ensino médio integrado à educação profissional em um Instituto Federal (IF), a pesquisa nos revelou desafios e potencialidades do objeto em estudo, invocando o caráter processual e formativo da instância avaliativa.

Nessa instância sintetizam-se concepções acerca do papel social da escola, costurando-se concepções de sociedade, de trabalho, de educação, de avaliação, de pesquisa, de integração, de ensino e de aprendizagem; mas também da própria relação entre teoria e prática, que se constrói ou se pretende construir como coletivo colaborativo no espaço escolar. Desse modo, em uma instituição como IFSC, que se propõe a favorecer o ensino médio integrado como transição para a educação omnilateral, a prática avaliativa se reveste de importância ímpar. Todavia, embora o IFSC contemple função e concepção de Conselho de Classe em seus documentos institucionais, há que se considerar as relações que dão origem ao objeto em estudo, e investigar por quê, para quê e para quem essa prática tem se materializado no currículo dos cursos técnicos integrados à Educação Profissional.

Em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), particularmente, as estratégias de desenvolvimento curricular nos cursos de Ensino Médio Integrado nos IFs têm apresentado como foco a formação integral dos estudantes, compreendendo-os como sujeitos de sua história e de sua realidade. Entretanto, por seu caráter inovador e contra hegemônico, a proposta de currículo integrado, articulando trabalho e educação com vistas à formação humana, tem se tornado desafiadora para os IFs.

Nesse cenário, percebe-se que essa concepção crítica de educação, remetendo-se a um sentido de compreensão das partes no seu todo e nas múltiplas mediações históricas que a constituem, pautando-se nas mudanças no mundo do trabalho que vão para além da subsunção ao mercado, ainda não ecoa de maneira uníssonas.

Cenário esse significativo, no país, em tempos nos quais o ensino médio é fortemente questionado em sua identidade, por não conferir, em geral, especialmente aos filhos da classe trabalhadora, uma contribuição efetiva para o ingresso digno no mundo de trabalho nem para o prosseguimento dos estudos no nível superior (MOURA, 2007). Discute-se, então, a possibilidade de uma proposta para essa etapa educacional que assuma um sentido para os jovens brasileiros independente de sua situação socioeconômica.

Vislumbrando contribuir no debate, busca-se problematizar o processo avaliativo na Educação Profissional e Tecnológica, investigando como se materializa o Conselho de Classe em um curso de Ensino Médio Integrado na rede federal, a fim de contribuir com a construção de saberes em torno da prática educativa com vistas à formação humana integral. Demanda-se olhar para o Conselho de Classe, enquanto espaço de avaliação coletiva, previsto na organização do trabalho educativo, o qual, segundo Sousa (1998), reflete como vem sendo concebida e vivenciada a educação escolar em diversas dimensões.

A aproximação com o tema, constituída a partir de busca referencial na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no site da SCIELO e no Google Acadêmico, foi restrita aos anos subsequentes à Lei de Criação dos Institutos (Lei 11.892/08). Observado o estado do conhecimento, teve-se acesso a aspectos relevantes do Conselho de Classe, articulados nos estudos com: as diferentes perspectivas de avaliação; a proposta de gestão democrática em educação; a formação docente; o papel da escola; a (des) burocratização dos processos. As pesquisas encontradas dialogam com vozes de pesquisadores reconhecidos na relação com as temáticas: Dalben (2004; 2006), Luckesi (2011), Sousa (1998) e Zabala (1998) sobre conselho de classe e processo de avaliação; Libâneo (2008) sobre gestão democrática; Tardif (2002; 2010) sobre saberes da docência; Kuenzer (2019), Frigotto (2010), Moura (2010) e Ramos (2010) sobre educação profissional e tecnológica e currículo integrado. Embora tangenciando temas diversos no decurso

exploratório e revelando sentidos plurais das representações sociais acerca de conselho de classe na educação em geral, os estudos convergem no que diz respeito a sua finalidade: orientar a prática educativa.

Em comparação com a abordagem em outras áreas e/ou modalidades da educação, na relação específica com a educação profissional, entretanto, encontrou-se um rol escasso de pesquisas que se referem a conselho de classe nos institutos federais como tema central. No início da elaboração do estado de conhecimento (em 2019), foram encontrados apenas três (3) trabalhos com o tema, chegando a sete (7) até o final dessa etapa de pesquisa (em 2021). Apresentando-o como espaço de contradições, esses estudos suscitam a investigação dessa prática, apontando necessidades de (re)identificação na EPT. No cenário atual da educação no país, a possibilidade de se materializar esse espaço de diálogo democrático no IFSC, em um movimento constante de formação humana, à luz de diferentes saberes de sujeitos ativos, justifica e mobiliza ao estudo sobre o tema.

Em se tratando de envolvimento com o objeto de estudo, a pesquisadora exerce a função de Técnica em Assuntos Educacionais (TAE), lotada na Coordenadoria Pedagógica, em um campus do IFSC, e participa dos conselhos de classe desde o seu ingresso na instituição em 2012. Nesse contexto, o TAE tem como atribuição colaborar na coordenação das atividades de ensino, planejamento e orientação, avaliando constantemente tais atividades, a fim de assegurar e qualificar o desenvolvimento dos processos educativos. Conforme descrição do cargo, seu trabalho é realizado em estreita articulação com os demais componentes do sistema educativo, visando à formação integral. Por conseguinte, sendo facilitado o acesso ao trabalho pedagógico realizado na instituição por suas atribuições, a pesquisadora pôde reconhecer avanços e entraves que historicizam o objeto em estudo.

Há aproximadamente trinta anos, contudo, em outras instituições da rede pública e privada de ensino, a pesquisadora já participava desse movimento de avaliação coletiva, convivendo com desafios e possibilidades dos conselhos de classe no cotidiano escolar, seja como docente de Língua Portuguesa e Literatura, como membro da equipe técnico-pedagógica ou mesmo como estudante e representante de turma.

Nesse sentido, a seleção por uma unidade específica do IFSC, que não o câmpus de atuação da pesquisadora, deve-se justamente pela linha tênue traçada entre o ator e o pesquisador, o que poderia interferir no devido afastamento do objeto, dificultando que fosse analisado notadamente a partir dos dados levantados e em função deles. Dessa forma, buscando se distanciar do naturalizado culturalmente, a fim de contribuir para uma prática avaliativa transformadora no IFSC, é que se encaminharam os estudos sobre conselho de classe, currículo integrado e a Educação Profissional e Tecnológica. O intuito é ampliar os conhecimentos e fundamentar a elaboração de um material educativo sobre os conselhos de forma coerente com a perspectiva em estudo. Assim é que a pesquisa e o produto educacional trilharam seus caminhos: na perspectiva da natureza formativa do trabalho e da ação humanizadora da educação.

1. INTRODUÇÃO: ABRINDO O CAMINHO

Os Institutos Federais (IFs) foram criados em 2008, por meio da Lei 11.892, para atuar em diferentes níveis de ensino, sobretudo na oferta de cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, conforme previsto em sua lei de criação. Embora tenham se constituído legalmente a partir de uma política que vincula essas instituições de ensino ao mundo do trabalho, há que se considerar os desafios e conflitos que se impõem à materialização desse currículo, em uma perspectiva emancipatória, visando à formação humana como síntese indissociável de formação básica e formação para o mundo do trabalho (RAMOS, 2014; PACHECO, 2010). Atualmente, o currículo visando à formação ampla, ao posicionamento crítico e à intervenção qualificada na realidade, ainda permanece como projeto em disputa na rede federal de educação profissional e tecnológica, contrapondo-se às correntes e práticas pedagógicas de cunho instrumental e tecnicista. Conforme Araújo e Rodrigues (2010), na materialização de políticas públicas em educação profissional, identificam-se simultaneamente abordagens que buscam a conformação à realidade dada em disputa com as que intencionam a transformação social.

Neste artigo, tem-se como objeto, portanto, uma das instâncias em que tais contradições se revelam no contexto escolar: o Conselho de Classe. Partindo da perspectiva de avaliação como prática pedagógica constituinte de um processo de formação humana, considera-se o conselho como parte indissociável do processo educativo, não como espaço estanque com um fim em si mesmo, mas como prática que pode ampliar a visão da totalidade, deixando aparentes representações e saberes dos sujeitos envolvidos (PIZOLI, 2009). Além disso, é considerado potencialmente como espaço interdisciplinar, democrático em sua composição e que oferece a oportunidade de se avaliar o processo educativo em sua integralidade. Nesse sentido, favorece o encaminhar de propostas para diferentes situações de ensino e aprendizagem, reelaborando o trabalho pedagógico, em tempo que se constrói o currículo em movimento (DALBEN, 1996, 2004 e 2010; CRUZ, 2005).

Todavia, questiona-se até que ponto esse espaço tem se concretizado na educação profissional como expressão de análise e decisões coletivas, que contribuem para tornar íntegro, inteiro, o ser humano, cindido pela divisão social do trabalho, entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar (CIAVATTA,

2005). Em outras palavras, nesses espaços plurais, a partir da articulação de saberes e concepções diversas, até mesmo divergentes, consegue-se respeitar a autonomia e o protagonismo dos sujeitos ou se tornaram espaços burocráticos de legitimação da lógica da classificação que marca historicamente a desigualdade social e educacional no país? Assim, traz-se à reflexão o conselho de classe em sua dimensão político-pedagógica, partindo da concepção de avaliação formativa e mediadora (LUCKESI, 2011; HOFFMANN, 2009).

A partir desse panorama, analisa-se a percepção de docentes, discentes e equipe pedagógica sobre a concepção e a função do Conselho de Classe em um curso de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC. Como objetivos específicos, buscou-se: a) Discutir concepção de Conselho de Classe coerente com a proposta de ensino médio integrado em EPT; b) Analisar as percepções dos sujeitos da pesquisa acerca do tema, considerando a função e o lugar de seus agentes no desenvolvimento dessa prática educativa; c) Desenvolver e avaliar um produto educacional, visando contribuir para qualificação do processo de Conselho de Classe em coerência com a proposta de formação humana integral.

Nessa direção, realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, caracterizada como um estudo de caso, a fim de subsidiar o desenvolvimento do produto educacional, um *e-book* intitulado: “Na Trilha da Formação Humana Integral: um conselho no meio do caminho”. O texto a seguir, em formato de artigo, está organizado em cinco capítulos: 1. Introdução: Abrindo o Caminho; 2. Percurso Teórico: Conselho de Classe na Perspectiva da Formação Humana Integral; 3. Caminhos Percorridos (apresenta os aspectos metodológicos); 4. O Conselho de Classe em um Instituto Federal (traz a análise de dados, destacando a percepção dos sujeitos de pesquisa, e o processo de desenvolvimento e avaliação do produto); 5. Considerações. Constam ainda, neste trabalho, cinco apêndices e um anexo.

2. PERCURSO TEÓRICO: CONSELHO DE CLASSE NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

Entendendo como pressuposto dos IFs a garantia do direito à educação de forma ampla, em uma proposta de formação integral, considera-se essa instituição de

educação pública como potencialidade no processo de emancipação humana e de transformação social. O que está posto para os IFs é a formação de cidadãos como “agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de um outro mundo possível” (PACHECO, 2010, p. 24).

Gramsci (2001) já defendia um projeto de escola nesses moldes: desinteressada, não utilitária, a qual oferecesse a todos, sem exceção, uma cultura geral, humanista, formativa, ampla. Uma escola que formaria os trabalhadores de maneira integral, instrumentalizando-os para o exercício da profissão e o domínio das técnicas, partindo do pressuposto de que todos os indivíduos, independente de sua origem de classe, têm os mesmos direitos de acesso ao conhecimento produzido pela humanidade.

Tal como Gramsci (2001) defendia esse viés orgânico necessário ao currículo, visando superar o enciclopedismo e também o espontaneísmo, Santomé (1998) defende uma compreensão global do conhecimento por meio da interdisciplinaridade, possibilitando uma compreensão reflexiva e crítica da realidade. Entretanto, o autor aponta a falta de diálogo entre o currículo e a realidade cotidiana, com que se convive nos últimos tempos, ressaltando a necessidade de se superar a fragmentação dos conhecimentos no contexto educacional. Analisando a questão, Pacheco (2001) aponta que historicamente as reformas curriculares têm suscitado um distanciamento entre as intenções e a realidade dos contextos escolares.

Ao longo dos últimos anos, sobretudo ao final da década de 90, especialmente se discute a organização curricular da última etapa da educação básica, o Ensino Médio, tendo sido alvo de diversas disputas. Entretanto, no universo de projetos apresentados, há os que sequer consideram o cenário histórico em que a escola se encontra neste país, em especial, a pública. Dessa maneira, ignoram as nuances da trama escolar e seus enlaces em relação às especificidades socioculturais de cada espaço/tempo, ignorando, por conseguinte, a singularidade do trabalho pedagógico nessa perspectiva. Diante dessa situação, demanda-se às instituições educativas urgência em revisar suas propostas, com o intuito de identificar os desafios decorrentes de estratégias naturalizadas e por vezes distantes do papel social a que se propõem.

É dessa forma que a concepção de Ensino Médio Integrado, defendida pela proposta dos IFs, coincide com debates sobre projetos de sociedade e concepções de mundo. Inúmeros argumentos versam sobre uma sociedade que inclui, reconhece a diversidade, valoriza os sujeitos e sua capacidade de produção de vida, buscando assegurar direitos sociais plenos. Há que se refletir, contudo, sobre a consolidação dessas ideias no cotidiano educacional.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), desde sua origem, tem reiterado o aspecto dual da sociedade brasileira, com a cisão entre formação geral e formação profissional. Entretanto, salienta-se que têm surgido, nesse campo, narrativas sobre a necessidade de uma proposta de currículo integrado e significativo para a formação dos sujeitos, especialmente para os que vivem do trabalho. Segundo Moura (2013), trata-se da concepção de formação que objetiva o desenvolvimento dos sujeitos em todas as dimensões do humano, o que vai além da dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual. Pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos e mediações necessárias para trabalhar e produzir sua existência, tendo como base do processo educativo justamente as dimensões indissociáveis da vida humana: trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

Nessa trajetória, Kuenzer (2020) revela que a proposta de currículo integrado vem ganhando visibilidade, sendo apresentada como alternativa àqueles que lutam por uma educação crítica e tentam resistir à precarização epistemológica, que fragiliza a relação com o conhecimento. Com a compreensão de que a ciência invade a produção e o trabalho produz conhecimento, a autora reafirma o caráter político desse currículo como sendo resultado de um projeto intencional de formação humana. Não se trata de reproduzir a realidade como ela se apresenta ao homem ou apenas pensar sobre ela, mas sim, trata-se da sua transformação a partir da atividade crítico-prática.

De acordo com Ramos (2014), teorias, conceitos e fatos isolados são abstrações, como momentos artificialmente separados do todo. Eles só adquirem concreticidade quando inseridos no todo correspondente, em movimento no qual a investigação parte dos fatos e a eles retorna, em processo de interpelação, interpretação, avaliação e crítica. Pode-se pressupor, por conseguinte, que um dos principais desafios que se apresenta a tal proposta curricular é desenvolver no cotidiano uma postura de questionamento frente às práticas sociais e educativas.

Pautando a reflexão do conhecimento na perspectiva emancipatória, Dalben (1996) considera que o Conselho de Classe pode contribuir com esse processo, pois é um dos poucos organismos na escola, talvez o único, que permite uma visão ampla do trabalho pedagógico em sua especificidade, já que discute a própria relação entre estudante, professor e conhecimento de forma coletiva. Pizoli (2009) também considera o Conselho de Classe como componente-chave no movimento de totalidade da organização do trabalho pedagógico, pelo fato de estar vinculado ao currículo, ao Projeto Político Pedagógico, colaborando para a avaliação e recondução do processo ensino aprendizagem. Nessa perspectiva, o Conselho de Classe é concebido como espaço de estudo da realidade concreta e a prática avaliativa, como atividade político pedagógica permanente e indissociável da dinâmica de ensino-aprendizagem.

Contudo, rememora-se, segundo Rocha (1982), que a adoção dos conselhos de classe no sistema educacional brasileiro só ocorreu a partir dos anos de 1970, como uma das práticas administrativo-pedagógicas decorrentes da lei n.º 5692/71, tornando-se órgãos oficiais de avaliação da aprendizagem dos estudantes. Dalben (1996) salienta, porém, que o sistema escolar, introduzido por essa lei, visava simplesmente a transformação do estudante em um indivíduo treinável, instrumentalizado nos valores do capital. Concepção essa de ensino vinculada ao paradigma que se estabelece na educação profissional: formar técnicos, ou seja, trabalhadores capazes de realizar tarefas num prazo muito estreito, não se tratando de formar o homem integral (FAVRETTO; SCALABRIN, 2015).

Em contexto no qual predominava a visão organicista da divisão social do trabalho, sob o reforço da individualidade, submeteram-se os elementos que compunham a estrutura social a assumir funções e papéis determinados e especificados por tal organização. Assim o Conselho de Classe se constituiu no país: permeado por contrassensos ligados a concepções político-pedagógicas que embasam a formação dos envolvidos no processo educativo. Segundo Dalben (1996, p. 41):

É nesse cenário - no qual as contradições são emergentes, no qual a questão da dicotomia teoria x prática e as divergências entre as diferentes concepções pedagógicas estão postas, no qual a implantação da racionalidade da organização segundo um modelo capitalista de produção, que se impõe através da divisão técnica do trabalho, dá ensejo à luta pelo poder – que nasce o Conselho de

Classe, como instância coletiva de avaliação na organização da escola, portando em si as lutas pedagógico-institucionais.

A partir de então, historicamente, Dalben (2010) observa que os conselhos passaram por formatos e estilos de orientação pedagógica diferentes, de acordo com os objetivos e metas delineados em seus projetos pedagógicos, porém sob influência de determinantes sócio-históricos de cada espaço-tempo. No entanto, considerando características gerais, a autora define conselho de classe como:

Órgão colegiado, presente na organização da escola, em que os professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos ou os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos (...) com o objetivo de tomar decisões sobre ações pedagógicas a serem desenvolvidas (DALBEN, 2010, p. 1).

A característica de órgão colegiado nessa definição é demarcada pelo envolvimento de professores e especialistas. Embora não mencione os discentes, a autora defende que essa instância traz consigo o germe do processo coletivo de trabalho, sendo o estudante o agente da realimentação desse processo avaliativo. Dalben (1996) se refere nessa descrição à dimensão dialética do Conselho de Classe, na qual o processo de avaliação do estudante dá subsídios para construir o processo de avaliação do professor, num constante movimento de inter-relações.

Para Cruz (2005), o Conselho de Classe, entendido como momento e espaço de avaliação, realizado de forma participativa, cumpre a função de ajudar na formação da subjetividade e na criticidade do professor e do estudante. A concepção de Conselho nessa perspectiva democrática e inclusiva, defendendo um projeto de formação crítica e cidadã, torna-se contraditória ao se deparar com práticas educativas excludentes na escola. Manifestando-se como prática fragmentária, que terceiriza ações e responsabilidades, permanecendo desvinculada do todo, a reunião de Conselho de Classe tem se constituído como espaço limítrofe de legitimação da reprovação, da retenção ou mesmo da exclusão.

Luckesi (2011) alerta para o quanto se pode agir mais pelo padrão inconsciente do que por um ato consciente nesse processo de avaliação, remetendo, inclusive, a quanto o Conselho de Classe pode correr o risco de ser orientado mais por representações sociais, distorcendo a compreensão crítica e adequada da situação. A avaliação em seu sentido amplo, como atividade humana, faz parte do dia-a-dia, no

entanto, o autor evidencia que usualmente exercita-se essa prática avaliativa como mais um hábito do senso comum no cotidiano da escola, seguindo em descompasso com o movimento de ação-reflexão-ação necessário a um processo dessa natureza. Por tratar do proposta de avaliação em concepção dialética, Vasconcellos (1998) insiste, inclusive, que os conselhos devem apontar as necessidades de mudanças em todos os aspectos da escola, pensados com e para o coletivo, não apenas nos que se referem aos estudantes. “Que não sejam momentos de ‘acerto de contas’, nem de confirmação de ‘profecias auto-realizantes’”. E enfatiza: “Para fazer conselho assim, para consolidar estigmas, é melhor não fazer!”.

Entendendo também essa prática avaliativa como dinamizadora do trabalho coletivo e intencionalmente executada com um fim claro, Cruz (2005, p.11) sugere que os conselhos “estejam relacionados uns com os outros e provoquem ações concretas que possam interferir na prática educativa”. Dessa forma, precisam gerar ações concretas ou atitudes intencionais, graduais e efetivas, para a transformação da realidade apresentada. Assim, trata-se de uma dinâmica orientada pelos princípios ético-políticos de conversão das condições fragmentadoras do potencial humano, em tempo que se reconhecem subjetividades e se constitui o coletivo colaborativo, de maneira formativa e articulada com o projeto pedagógico institucional.

Deixa-se ver que o trabalho colaborativo é caracterizado, segundo Laffin (2013), como um trabalho organizado mediante iniciativa dos próprios atores como grupo social, voltado a objetivos e finalidades comuns, em espaços geradores e produtores de conhecimento. A organização mencionada requer práticas de planejamento coletivo e de avaliação formativa, a serem potencializadas pelos conselheiros na proposta de currículo integrado. Essa demanda traz à tona elementos imprescindíveis para as práticas educativas, como o diálogo comprometido com o contexto sócio-histórico em que se materializam e o exercício constante de análise coletiva da proposta curricular em ação, trazendo presente no espaço escolar a consciência sobre sua função social.

Assim sendo, parte-se da condição que os currículos em movimento nas instituições de ensino expressem busca crítica de entendimento do mundo em que se vive, relacionando a ciência, a tecnologia e a cultura, em processo de desenvolvimento contínuo das potencialidades dos sujeitos. Demarcam-se, nessa

condição, as categorias do trabalho como princípio educativo e da pesquisa como princípio pedagógico, identificando cada sujeito envolvido no processo ensino-aprendizagem como agente construtor e transformador da realidade. Para Marise Ramos (2014), assumir o trabalho como princípio educativo no currículo da Educação Básica implica referir-se a uma formação baseada nos processos de produção da existência. Trata-se do trabalho no processo formativo como manifestação de vida, o que nos constitui como humanos, e não com a ideia reducionista de emprego. Já a pesquisa como princípio pedagógico, segundo a autora, é provocar curiosidade e inquietude, proporcionando uma visão aberta de mundo, de informações e de saberes, é, portanto, produção de conhecimento. Ter a pesquisa como princípio pedagógico oportuniza o desenvolvimento de sujeitos autônomos, de modo que possam compreender-se na sociedade, no mundo, e nele atuar, por meio do trabalho, transformando a natureza em consonância com as funções coletivas da humanidade.

Nessa direção, ressalta-se a necessidade dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem (educadores e educandos) reconhecerem-se em seu trabalho ao se apropriarem da proposta pedagógica que articula as dimensões da formação humana. Nesse movimento, contínuo e dialético, de investigação e reflexão sobre e com a prática cotidiana, poderão identificar a razão de ser de sua ação no espaço escolar como sujeitos ativos (e proativos) nesse percurso histórico e social. Dalben (1996) evidencia, inclusive, que o processo de representação que se instala nos indivíduos como resultado de sua prática vivenciada, mediatizado pela subjetividade, é de fundamental importância para o desenrolar do processo educativo. Seguindo por essa trilha, provoca-se o pensamento, abrem-se os discursos, produz-se conhecimento, levando-se à criação e ao aprimoramento da ação pedagógica. Nesse sentido, destaca-se o Conselho de Classe como elemento potencial para subsidiar e dinamizar o trabalho pedagógico, repercutindo na ação formativa como um todo. No entanto, constata-se, conforme Oliveira (2017, p. 9):

Para que haja um impacto de formação humanizadora, é necessário ter, como principal pacto, a busca crítica e reflexiva do entendimento do mundo em que se vive, estabelecida por um ambiente colaborativo por meio da dialogicidade entre os sujeitos.

Em se tratando da materialização dessa proposta nos Institutos Federais, porém, Araújo (2017) compreende que, para se efetivar, demanda ainda a construção de uma relação orgânica e integrada, mudando a face do projeto educativo tradicional

em diversos aspectos. Entre eles, ressaltam-se os aspectos diretamente relacionados à prática de Conselho de Classe: planejamento coletivo; avaliação processual e formativa; construção democrática do projeto político pedagógico com monitoramento e avaliação sistemática feita pela comunidade escolar.

Permeiam esse trajeto uma gama de saberes que articulam trabalho e ensino em EPT. Entre os saberes e os fazeres descrevem-se especialmente os relacionados à avaliação, a qual se apresenta, nesse contexto, enquanto processo de caráter diagnóstico e formativo. Como tal, pode ser concebida como forma de aproximação entre educador e educando para compreenderem o fenômeno de ensino-aprendizagem, desafiando os sujeitos a desvelar a essência, com autoria, e instigando-os no processo educativo, em movimento de acolhida e ressignificação da prática. É a avaliação vista como possibilidade de formação dos sujeitos para problematizar o real e transformá-lo. Desse modo, ao tratar a avaliação como uma atividade exclusivamente humana, Paro (2001) descreve que

[...] o homem precisa averiguar permanentemente se o processo está de acordo com os objetivos que pretende atingir. É nisso que consiste a avaliação, que assim se mostra, ao mesmo tempo, como algo específico do ser humano e como processo imprescindível à realização do projeto de existência histórico do mesmo. (PARO, 2001, p. 34).

Nesse sentido, ao analisar o papel da Educação Profissional e Tecnológica - EPT, no processo histórico de reprodução material e ideológica das relações sociais dominantes, Machado (1989a, p. 14) alerta que o “ensino técnico industrial” é um “funcionário da ideologia dominante”, seguindo na contramão do proposta de formação humana emancipatória. Pautando-se no projeto de formação em EPT, Frigotto (2018) aponta o não comprometimento efetivo com as concepções do ensino médio integrado na perspectiva da educação omnilateral. O autor ressalta que a perspectiva histórico-crítica é pouco evidenciada em termos institucionais, ainda que esteja presente em grande parte dos IFs, de forma declarada em seus PPIs. Considerando o contexto em disputa, revela-se a fragilidade em se materializar no currículo vivo dessas instituições, posto que, enquanto proposta político-pedagógica, exige profunda reflexão e clareza sobre as finalidades da escola e suas relações mais amplas com as políticas públicas, definindo os caminhos e os pressupostos que orientam as ações a serem empreendidas por todos os envolvidos (VEIGA, 2001). Como consequência, as práticas pedagógicas (incluindo o conselho de classe)

encontram-se desarticuladas e enfrentando dificuldade de se consolidar sob esse entendimento no IFs, transitando entre uma visão positivista, dualista, pragmática e uma compreensão histórica crítica de educação.

3. CAMINHOS PERCORRIDOS

O olhar investigativo, nesta pesquisa, não se ateve à dimensão estrutural ou de organização administrativa formal dos conselhos de classe, mas sim, à dimensão da prática pedagógica e do desenvolvimento curricular, questionando até que ponto os conselhos na educação profissional têm se materializado em um contexto de avaliação formativa na perspectiva da educação integral. Nesse sentido, investigou-se a concepção e a função do Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado em um campus do Instituto Federal de Santa Catarina, em diálogo com os sujeitos diretamente envolvidos nesse processo avaliativo. A abordagem metodológica da pesquisa é de cunho qualitativo, pois visa à compreensão do Conselho de Classe por meio de seus interlocutores, com enfoque na dinâmica das relações no contexto em que atuam e na interpretação dessa prática. Em estudo de caso, preocupando-se com aspectos da realidade que não podem ser necessariamente quantificados, buscou-se analisar o fenômeno a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando pontos de vista relevantes (GODOY, 1995).

A primeira etapa do estudo, de caráter instrumental, direcionou olhar crítico para documentos institucionais, e amparou-se em literatura especializada, com o propósito de relacionar conselho de classe, currículo integrado e educação profissional. A segunda etapa correspondeu à pesquisa de campo, visando a aproximação com o objeto de forma situada e dialógica. Para fazer emergir as informações necessárias, foram encaminhados questionários, via *Google Forms*, aos segmentos diretamente envolvidos com o processo em um curso de EMI: docentes, discentes e servidores da coordenação pedagógica. Ao selecionar esses grupos, pretendeu-se representar “os diferentes e, às vezes conflitantes, pontos de vista presentes numa situação social” (ANDRÉ, 1984, p. 52). Além disso, foram relevantes ao processo investigativo os registros da pesquisadora durante o caminho percorrido (esboços, *insights*, mudanças).

O trabalho de investigação esteve comprometido com os aspectos éticos, sendo submetido e aprovado pelo comitê de ética em pesquisa, CEPESH/IFC, conforme Parecer nº 4.537.207 (Anexo A). Os questionários (Apêndices B, C e D), foram compostos com questões objetivas e discursivas, as quais estavam assim distribuídas em blocos: 1. Conselho de Classe; 2. Conselho de Classe e o Curso Técnico Integrado; 3. Outras contribuições. Após a realização de pré-testes, foi encaminhado questionário elaborado para resposta de cada segmento de conselheiros, no período entre os meses de junho e julho do ano de 2021. Intencionando compreender a produção de significados nas atividades cotidianas, foram levantadas, entrecruzadas e interpretadas as informações contidas nos discursos dos 21 sujeitos respondentes (10 docentes, 5 técnicos que atuam na coordenação pedagógica e 6 discentes), usando como base a análise textual discursiva (MORAES e GALIAZZI, 2006). O tratamento das respostas possibilitou a estruturação das informações por similaridade de significados, dispondo-as em categorias. Na descrição das análises e discussões dos dados, os estudantes são identificados pela letra E, seguida de numeração, os docentes pela letra D e os servidores da coordenação pedagógica por CP, também seguidas de numeração, conforme a ordem das respostas recebidas.

Entre as perguntas dos questionários, algumas foram direcionadas para a compreensão da forma pela qual poderiam ser socializados os conhecimentos sobre o Conselho de Classe na perspectiva abordada. Com essa compreensão é que se planejou e desenvolveu o e-book “Nas trilhas da formação humana integral: um conselho no meio do caminho”. Para atender ao objetivo a que se propõe, o produto foi encaminhado ainda aos sujeitos docentes e à CP para avaliação. O formulário avaliativo (Apêndice E) foi elaborado com base em Leite (2018) e Ruiz et al. (2014), contendo 12 perguntas fechadas obrigatórias, em Escala Likert, e 2 abertas não-obrigatórias. Na análise do conjunto de respostas dos 8 sujeitos (4 docentes e 4 técnicos que atuam na coordenação pedagógica), revelaram-se potencialidades e fragilidades do material, que serão discutidas em tópico posterior.

4. O CONSELHO DE CLASSE EM UM INSTITUTO FEDERAL

Seguindo na mesma trilha da inclusão e da integração a que se propõe o

processo de conselho de classe neste estudo, a proposta pedagógica do IFSC aponta na direção da emancipação dos sujeitos com vistas à transformação social. Seu Projeto Pedagógico Institucional apresenta a opção por um currículo, contextualizado e significativo, o qual deverá favorecer “a formação de um sujeito crítico, criativo, que pesquisa e participa ativamente da construção do seu conhecimento” (PDI IFSC, 2020-2024, p. 66). Assim, concebe a ação educativa no sentido de promover a socialização dos saberes, superar a fragmentação entre as diferentes áreas do conhecimento e perceber o estudante como uma totalidade.

Nesse sentido, o documento institucional delinea a prática avaliativa como formativa, trazendo o caráter dialógico do processo. De acordo com Freire (1982), orienta-se que, em lugar de ser instrumento de fiscalização, unilateral e excludente, punitivo, desagregador, a avaliação é a problematização da própria ação e, assim sendo, “deve auxiliar educadores e educandos na caminhada de crescimento e a escola na sua tarefa de responsabilidade social” (PDI IFSC, 2020-2014, p. 68). Considerando a totalidade e as contradições da realidade, destaca-se ainda que a Pedagogia Histórico Crítica (PHC), na qual se fundamenta o PPI IFSC, busca justamente questionar a realidade concreta, compreendendo a trama histórica e revelando o vínculo orgânico entre escola e atualidade.

4.1. O CONSELHO DE CLASSE NA PERCEPÇÃO DE DOCENTES, ESTUDANTES E EQUIPE PEDAGÓGICA

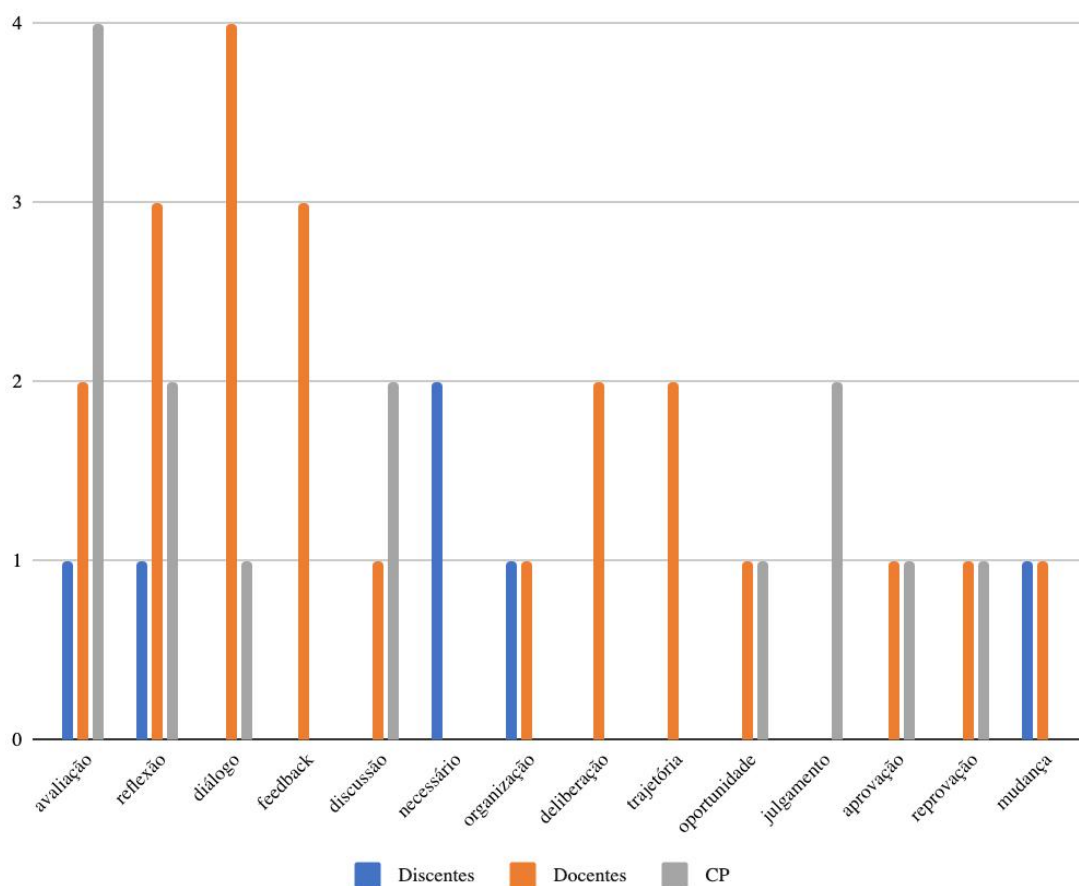
Nesta pesquisa, as vozes dos sujeitos realçaram concepções a respeito da prática avaliativa na instituição, bem como trouxeram à reflexão suas representações sobre a função e o lugar ocupado por cada um dos agentes no processo dos conselhos. Na medida em que foram indagados sobre o tema, os respondentes atribuíram sentido ao conselho de classe, apresentando o para quê e para quem essa prática avaliativa é realizada no ambiente em que atuam.

Em resposta à pergunta “O que é, para você, Conselho de Classe, e para que serve?”, houve consonância entre os sujeitos, destacando tratar-se de um espaço e/ou momento que envolve estudantes e docentes, com o objetivo de refletir sobre a aprendizagem; no entanto, essa percepção não foi unanimidade em relação ao

ensino. Surgiram ainda, dos três grupos de sujeitos, associadas a essa concepção, as palavras: *turma* e *possibilidades*, caracterizando também os conselhos como espaços de possibilidades para reflexão não só de/ou sobre indivíduos, mas também como espaço de reflexão sobre a turma como um todo.

Ao ser solicitado que descrevessem três palavras que representam o conselho de classe, os três grupos destacaram as palavras *avaliação* e *reflexão*. Identificou-se, a partir dessa questão, indícios de como cada grupo de sujeitos concebe a avaliação, conforme disposto no Gráfico 1:

Gráfico 1: Palavras que representam Conselho de Classe para os respondentes



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Observando o gráfico relacionado ao conjunto dos discursos dos sujeitos, percebe-se que enquanto os profissionais da educação demarcam que a prática avaliativa passa pelo diálogo e pela discussão, os estudantes descrevem os conselhos no campus como um espaço necessário, não evidenciando ainda

características dessa prática relacionadas à integração. Os discentes, inclusive o representante de turma, percebem o conselho como espaço de discussão entre docentes a respeito do desempenho dos estudantes e de seus problemas de aprendizagem, demarcando o papel passivo dos discentes. Na resposta dos estudantes surgiu ainda a palavra *sigilo*, remetendo-se à discussão em conselho como algo que se dá apenas entre os docentes e à qual os estudantes não têm acesso.

Na voz discente, o elemento participação também não é destacado como característica da prática do conselho: “o Conselho de Classe é uma reunião entre os docentes, para que eles discutam o desempenho dos alunos de certa turma na escola” (E2), e acrescenta-se: “até pouco tempo não sabia que eu poderia assistir” (E3) ; “os alunos não são autorizados a participar, apenas do Pré-Conselho” (E5), demonstrando ainda não entenderem a etapa de discussão entre os estudantes e o momento de avaliação do processo ensino-aprendizagem pela turma (realizada em momento anterior à reunião deliberativa entre docentes) como parte integrante do que concebem como conselho de classe.

A voz dos estudantes traz ainda elementos como o desabafo, a indignação e o alívio, caracterizando o momento da reunião entre a turma para o conselho de classe como espaço para o qual podem levar suas angústias e desafios. Delimitam, porém, que a decisão sobre o que se faz a partir dessa realidade fica nas mãos dos profissionais da educação, cabendo aos discentes aguardar, como resposta, algo que abrande (ou não) os seus sentimentos. Trazem, então, como marcadores do desafio à prática de conselho de classe, em sua visão, os termos: insegurança, medo, silenciamento. Assim percebendo, embora os docentes questionem o envolvimento e o protagonismo estudantil, é atribuída aos docentes pelos estudantes a ação de decidir sobre o rumo a ser tomado no processo formativo. Estudantes trazem a si próprios certo padrão inconsciente nessa prática, apontando não reconhecerem ainda seu papel como sujeitos agentes, impedindo-os de serem propositivos; porém questionam esse espaço, demonstrando a necessidade de que “tornem ele mais democrático” (apelo de E3). O reivindicado pelos discentes em relação aos conselhos de classe favorece aos diferentes sujeitos a apropriação dos instrumentos que lhes permitam inserir-se de maneira propositiva nos espaços deliberativos, enfrentando os desafios postos à democratização do ensino. Uma democratização, segundo Saviani (2014), não apenas formal, mas real, possibilitando colocar a educação a serviço da

plena emancipação humana.

Outrossim, a maior parte dos estudantes entrevistados não percebe que os conselhos causem algum impacto em seu processo de aprendizagem, reconhecendo como desafio a comunicação entre os sujeitos, afirmando que a participação, como se dá de fato, não consegue fazer com que chegue aos professores o que pensam, tampouco propicia chegar a eles o que realmente os docentes pensam ou discutem. Dessa forma, o termo *feedback*, evidenciado pelos docentes como elemento característico dos conselhos de classe, demonstra-se debilitado na perspectiva estudantil do contexto em questão.

Apenas um dos respondentes discentes se refere ao seu papel como agente no processo (assim como também percebe os conselheiros docentes), apontando que o conselho “serve como feedback dos estudantes aos professores e vice-versa, ambos devem refletir sobre o que foi dito” (E6). Embora considere que o processo avaliativo é mais amplo que um encontro em um momento estanque, esse estudante infere perceber que o conselho de classe deve ser espaço de diálogo e reflexão entre os agentes do processo e que ser agente envolve mais do que a possibilidade ou oportunidade de estar presente em um momento assinalado no calendário acadêmico.

Na visão docente, o conselho de classe também foi descrito, em geral, como momento de compartilhar informações sobre a trajetória dos estudantes e da turma como um todo, a fim de refletir e encaminhar questões referentes ao processo ensino-aprendizagem. Tais questões foram elencadas por esses respondentes como: desempenho discente; aspectos pedagógicos da turma; metodologia e estratégias de ensino; entre outras que com essas estabelecem vínculo de significado. Dois respondentes desse grupo ainda trouxeram tratar-se o conselho de um “momento de deliberação sobre a aprovação ou não dos estudantes” (D8) e um momento para “avaliar situações específicas de alunos em possibilidade de reprovação” (D9), corroborando com a ideia que o poder de decisão é exercido pelos docentes e em momento particular, classificando-os como aprovados ou reprovados.

Embora a prática docente não seja vista como pauta integrante da discussão entre os conselheiros nesse espaço, alguns docentes percebem relação dos conselhos com seu fazer cotidiano, como revelam estes apontamentos: “sinaliza onde

o professor pode ajustar a rota no seu processo de ensino”(D4); “*feedback* para possíveis melhorias nos planejamentos”(D3); “serve de referência para a avaliação de minha prática pedagógica”(D9). Mesmo evidenciado a deliberação como característica que poderia mover a ação dos sujeitos para além da reunião de conselho, o grupo traz a possibilidade de intervenção (ou não) no processo, após o momento coletivo, ainda como decisão individual a ser tomada pelo docente. Tomando que a reflexão e os encaminhamentos no coletivo fazem parte da dinâmica de um conselho de classe que se pretende inscrever como democrático e emancipatório, percebe-se não solidez na concepção desses sujeitos relacionada às características diagnóstica e formativa dessa instância.

Tendo em conta, segundo Kosik (1978), que não se consegue apreender a realidade de imediato, e que os respondentes não tenham considerado significativos, para a leitura do real e o acompanhamento crítico-dialético do processo educativo, os espaços coletivos anteriores à reunião de conselho (denominados como pré-conselho), demonstra-se inconsistência no processo avaliativo no contexto pesquisado. Em espaço/tempo de concepções difusas, no qual se camufla a autoria de cada um dos envolvidos, os conselheiros incorrem no risco de discutir e tomar decisões, em momento apartado do processo, sem a intervenção dos interessados, classificando-os de maneira acrítica e parcial, porém travestida de democrática.

Entretanto, para a equipe pedagógica multiprofissional, cujos respondentes da pesquisa foram pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, o conselho de classe é um momento rico e oportuno para a reflexão e a avaliação da prática de ensino-aprendizagem. Esses respondentes, porém, associaram aos conselhos, na forma como se materializam no cotidiano, a ideia de julgamento, trazendo como juízes os docentes e como julgados os estudantes. Nesse sentido, também apontaram que escapa à prática de conselho de classe, na instituição, a compreensão dos conceitos presentes em sua proposta político pedagógica, especialmente os que dizem respeito à avaliação processual, formativa, e sua ação transformadora no movimento de um currículo que se direciona para a autonomia e emancipação dos sujeitos.

A necessidade dessa compreensão, inclusive, pode ser identificada também no discurso docente: “A dinâmica dos conselhos precisa levar em conta parâmetros que não fizeram parte da formação de boa parte dos docentes, muitos não entendem

que somos uma escola, uma instituição de ensino EBTT” (D1), referindo-se à compreensão do papel atribuído por seus colegas a uma instituição de educação básica, técnica e tecnológica e as implicações na prática pedagógica. Reafirmando essa percepção docente, encontra-se um dizer da equipe pedagógica, o qual retoma o papel de tarefeiros, conforme Cruz (2005), a partir do significado atribuído aos conselhos no lócus desta pesquisa: “O conselho de classe é percebido muitas vezes como mais uma atividade a ser cumprida, e restrita a avaliar o desempenho do estudante. No entanto, o conselho de classe é muito além disso, (...) que é de reflexão da prática educativa e que essa prática não é estanque, precisa evoluir, se transformar, inovar e ter um olhar para o educando considerando a sua integralidade”(CP2).

Outro representante da equipe pedagógica chama à atenção sobre o quanto essa prática avaliativa pode favorecer a aprendizagem, na medida em que possibilita a autorreflexão docente, convidando-os a repensar as estratégias de ensino e a própria necessidade de um planejamento coletivo, afastando-se do discurso do senso comum (CP1). Percebe-se que essa constatação se contradiz ao fato do conselho de classe ainda não ser concebido em perspectiva diagnóstica e formativa, não envolvendo toda a comunidade educativa como autores durante o processo, o que diminui a probabilidade do pensamento crítico docente se entregar à curiosidade do educando, conforme observa Freire (1992).

Como prática necessária à organização do trabalho pedagógico e à leitura da realidade, salienta-se que, tendo assim a pesquisa como princípio pedagógico, o conselho de classe é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem e, como tal, demanda o envolvimento de cada participante como sujeito consciente e pró ativo durante todo o percurso. Sendo consideradas, pelos respondentes, a avaliação e a reflexão como características inerentes a essa prática, vale o questionamento: a reflexão e a avaliação em conselho acontecem efetivamente a partir de quê e na perspectiva de quem? Em quais momentos do processo se possibilita ao coletivo que a reflexão preceda a decisão? Quem protagoniza essas ações no processo de conselho de classe?

Observando a relevância de cada agente no processo de elaboração do currículo escolar e de sua própria humanização, é que se buscou compreender, junto

aos sujeitos de pesquisa, como percebem a função desempenhada pelos diferentes sujeitos na prática de conselho de classe. Indagando como percebem seu papel no processo avaliativo no instituto federal, intencionou-se que estendessem sua reflexão para o horizonte que orienta sua ação e na direção do qual se fundamentam os objetivos do trabalho pedagógico na instituição.

Diante disso, remete-se, neste estudo, à relevância dos conselhos de classe serem compreendidos como prática pedagógica que pode contribuir para uma formação ampla dos sujeitos, problematizando e criticizando o real, como atividades exclusivamente humanas e como processo imprescindível à realização do projeto de existência histórico (PARO, 2001). Baseado nessa ideia, apresentam-se os conselhos como movimento contínuo de investigação e análise da realidade concreta, o qual possibilita o acompanhamento, a avaliação e o debate entre a comunidade educativa, buscando orientar o processo de ensino aprendizagem de forma corresponsável.

Na perspectiva da gestão democrática, Dalben (2004) compreende que todos são chamados a pensar, a avaliar e a agir coletivamente, percorrendo um caminho que se estrutura com base no diagnóstico das dificuldades e necessidades e no conhecimento das possibilidades do contexto. Nesse percurso, manifestam-se algumas características básicas dos conselhos de classe que os fazem diferentes de outros órgãos colegiados nas instituições de ensino. Entre elas, Dalben (2004) aponta, para além da centralidade da avaliação escolar como foco de trabalho dessa instância, a forma de participação direta, efetiva e entrelaçada dos profissionais que atuam no processo pedagógico e a sua organização interdisciplinar.

4.2 OS CONSELHEIROS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE CONSELHO DE CLASSE

Ao responderem especificamente as questões “Quem você considera que precisa participar do conselho de classe?”, “Na sua compreensão, qual o papel de cada um dos participantes no conselho de classe?” e “Como o conselho de classe afeta e/ou se relaciona com seu planejamento e sua prática cotidiana no IFSC?”, os conselheiros revelaram como o grupo e cada um contribui ou pode contribuir para a materialização do currículo integrado no espaço/tempo em que atuam.

Em relação à participação nos conselhos de cursos de ensino médio integrado, foi afirmado com unanimidade entre os docentes que, além de sua participação, há

necessidade do envolvimento de representantes da coordenadoria/núcleo pedagógico, ressaltando o papel do pedagogo na mediação do diálogo discente-docente-discente. Quanto à participação estudantil, 7 (sete) dos 10 (dez) docentes apontaram como necessária, por intermédio de um representante, sendo que apenas dois docentes pontuaram a necessidade de o conselho ser participativo com a presença de toda turma no momento da reunião avaliativa e um apontou como opcional o envolvimento de todos os estudantes. Demais respondentes docentes não citaram a participação da turma. O que leva a se interpretar que o conselho de classe, a partir da visão docente nesta pesquisa, constitui-se essencialmente por docentes do curso e equipe pedagógica como sujeitos ativos. Entretanto, traz-se à reflexão: essa visão não se contrapõe à ideia de que a participação, como função coletiva da humanidade, na medida em que provoca curiosidade e inquietude necessárias à produção de conhecimento e à leitura de mundo, é fator determinante para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes? (FREIRE, 2005).

Já no conceber das servidoras da coordenadoria pedagógica entrevistadas, os conselhos se constituem por três grupos imprescindíveis de sujeitos: docentes, discentes e servidores da equipe pedagógica. Diferenciam-se, dessa forma, do olhar docente quanto à participação estudantil, visto que as respondentes demarcam em seu discurso a necessidade de se compreender a trajetória do estudante e da turma, ouvindo e em diálogo com esses sujeitos durante o processo avaliativo. Nesse contexto, CP1 aponta que o conselho de classe “é momento extremamente rico pela possibilidade democrática de participação e de contribuição de todos para o exercício pleno do papel da instituição”. Mesmo ressaltando o avanço com a participação dos três segmentos, CP2 observa que o conselho de classe ainda “escuta pouco ou superficialmente o que os estudantes têm a dizer, ao mesmo tempo em que também pouco se fala sobre a prática docente”.

Os discentes, por sua vez, consideram ser essencial que o conselho seja participativo, demarcando a necessidade da ação de toda turma no processo, embora tenham revelado pouca compreensão sobre como ou em qual etapa do processo pode se efetivar essa participação. Em seu discurso, demonstraram a distinção entre o momento que envolve a turma e um outro momento no qual não podem se fazer presentes, inferindo-se que não há clareza entre eles que o pré conselho é uma das etapas integrantes do processo de conselho de classe, conforme pode ser observado

nos excertos das respostas: “os alunos não são autorizados a participar do Conselho de Classe, apenas do Pré-Conselho com o corpo pedagógico”(E2) e “Eu não participo, pois até pouco tempo não sabia que eu poderia assistir, só participei pré-conselho”(E5). Dessa forma, manifestaram perceber que os estudantes podem se envolver nos pré-conselhos, sendo o diálogo, nesse momento, mediado por servidores da coordenação pedagógica, porém esses profissionais e os docentes é que realizam, com efeito, os conselhos de classe, conforme caracterizado pelo segmento discente. A partir desses olhares, é possível considerar o estudante como agente de realimentação do processo educativo? Ou, nas palavras de Dalben (1996), os discentes continuam “alijados do processo decisório das questões pedagógicas”? Mesmo propostos formalmente com princípios democráticos, os conselhos legitimam, dessa forma, a cisão do ser humano pela divisão social do trabalho?

Por conseguinte, embora docentes e profissionais da coordenação pedagógica tenham trazido a participação como característica essencial dos conselhos de classe e os estudantes não tenham evidenciado essa característica na prática de conselhos do curso, os três grupos de respondentes apontaram a compreensão e o diálogo como principais desafios à efetividade da prática. Questiona-se então: é possível um diálogo crítico entre os conselheiros se não houver, entre todos, a compreensão do processo, dos objetivos de aprendizagem, do olhar do outro e dos condicionantes que movem a prática educativa? Se a participação está intimamente ligada a essa compreensão dos estudantes, como tornar-se sujeito ativo nesse diálogo que é marcado por relações de poder desiguais? Há participação sem consciência e intencionalidade? É possível materializar o conselho de classe como parte integrante de um trabalho pedagógico colaborativo e emancipatório? Segundo Freire (2005),

Quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais democrático e permeável, em regra. Tanto mais democrático, quanto mais ligado às condições de sua circunstância. Tanto menos experiências democráticas que exigem dele o conhecimento crítico de sua realidade, pela participação nela, pela sua intimidade com ela, quanto mais superposto a essa realidade e inclinado a formas ingênuas de encará-la.(...) Quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuamente tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos (FREIRE, 2005, p. 103).

Destaca-se, conseqüentemente, que, para o conselho de classe se tornar processual e orgânico, efetivamente integrado ao processo de ensino-aprendizagem, precisa ser participativo e colaborativo de fato. Todavia, só se torna participativo e envolvente o espaço que é democrático, o espaço em que os sujeitos são ouvidos, têm voz, identificam-se como agentes no processo, reconhecendo-se em sua prática. Freire (2005) ressalta ainda que o primeiro passo para a conquista da autonomia refere-se à decisão. Tomar a escola espaço de transformação da realidade, não prescinde, portanto, de trazer para o educando o poder de decisão, fazendo-o se perceber como sujeito de sua história. Perceber-se como sujeito e chegar à autonomia, na visão freireana, se dá pela criticidade do pensamento, partindo da curiosidade ingênua para a epistemológica. Para a transformação pretendida, elementos como a dialogicidade, a problematização, a contextualização, a coletividade, precisam se fazer presentes na organização curricular. O pensar certo que supera o ingênuo é produzido pelo próprio aprendiz em diálogo com o professor, com práxis coerente, comprometida, ambos conectados com a leitura de mundo. É a formação crítica do sujeito, a qual ocorre no entrelaçamento de saberes e fazeres dos conselheiros no processo educativo. De acordo com D1, o conselho de classe é “momento em que se leva em consideração as subjetividades durante o processo escolar”.

Em vista disso, Hoffmann (1991) concebe a ação avaliativa como uma das mediações pelas quais se encoraja a reorganização do saber, redefinindo um paradigma de avaliação que se opõe ao sentencioso, ao classificatório. O conselho de classe não deve, portanto, segundo a autora, restringir-se à narrativa sobre o fracasso ou sucesso do estudante, mas, sim, deve possibilitar aos sujeitos a participação, direcionando a prática para a análise da realidade e do conjunto de ações que podem sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Nesse trajeto, a equipe de profissionais vai traçando critérios e objetivos que nortearão a construção das ações cotidianas, encontrando sua forma original de trabalho, sustentada em argumentos de autoridade discutidos na e pela comunidade escolar.

Nesse movimento de avaliação formativa, os conselhos oportunizam que diferentes atores ajam crítica e conscientemente durante o processo, articulados e comprometidos com objetivos comuns, em uma *práxis* alinhada à proposta de trabalho pedagógico que objetiva incorporar a integralidade dos sujeitos. Contudo, Dalben

(2004) compreende que os conselhos ainda não propiciam a articulação coletiva dos envolvidos, tampouco consideram a totalidade em um processo de análise dialética nas instituições de ensino. A autora, porém, enfatiza:

“essa prática não pode prescindir de sua dimensão de totalidade, presente na formação dos sujeitos históricos que se relacionam dialeticamente com o mundo. Os indivíduos, nesse processo, não podem deixar de ter consciência de que sua relação com a prática coloca-se num movimento recíproco, em que, ao mesmo tempo em que postam-se determinados por ela, são elementos essenciais para a sua determinação” (DALBEN, 1996, p.179).

No entanto, a concepção de conselho de classe em perspectiva democrática, defendendo um projeto de formação crítica e cidadã, torna-se contraditória ao se deparar com a prática classificatória e excludente. Manifestando-se assim, como ação desvinculada do todo e no domínio exclusivo do professor, o conselho de classe tem seguido descaminhos no que se refere à travessia para uma proposta que contemple a avaliação formativa na perspectiva da emancipação.

4.3. DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL: NAS TRILHAS DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

Os docentes e técnicos da equipe pedagógica, participantes da pesquisa, demandaram material educativo que contribuísse na formação continuada sobre o tema. Assim, a partir da análise dos dados coletados com estudantes, docentes e equipe da coordenadoria pedagógica, realizou-se o planejamento e desenvolvimento do *e-book* “Nas trilhas da formação humana integral: um conselho no meio do caminho”. A definição pelo formato de *e-book* está vinculada à leitura analítica dos questionários aplicados, considerando-se as percepções em contexto dos sujeitos de pesquisa e as dimensões retratadas na sua relação com o referencial teórico. Considerando o proposto por Kaplún (2003), realizou-se pesquisa temática e diagnóstica, trazendo para o material a voz de pesquisadores reconhecidos na relação com o tema, articulando conceitos e importantes debates suscitados por ele.

Pautando-se na pesquisa realizada, o *e-book* trouxe a discussão sobre conselho de classe como *práxis* avaliativa inserida no todo do processo educativo. Tendo o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico,

instigou-se os sujeitos a tornarem-se ativos no processo, a fim de que pudessem reconhecer, avaliar, pensar sobre si enquanto pesquisadores conscientes de suas práticas e produtores de conhecimento. De acordo com Kaplún (2003), o material foi criado intencionalmente para se constituir como experiência mediada para o aprendizado, sendo norteada pela pedagogia da pergunta a partir da cotidianidade, conforme orientam Freire e Faundez (1998).

Apresenta-se o conselho de classe, então, como um elemento dinamizador do movimento de organização do trabalho pedagógico como um todo. Trazendo a pesquisa como princípio pedagógico e a vinculação educação-sociedade durante todo o processo, assume-se a passagem de uma visão naturalizada, crítico-mecanicista, classificatória e excludente, para uma visão crítico-dialética, que parte do abstrato ao concreto, do todo para as partes, das partes para o todo, da síntese à síntese, da percepção caótica à totalidade, do concreto empírico ao concreto pensado (SAVIANI, 2013).

Assim, partindo da Pedagogia Histórico-Crítica, para refletir sobre a organização do conselho de classe, propõe-se que os conselheiros constantemente descrevam o real, acessem historicamente e culturalmente os conhecimentos, embasem concepções, discutam contradições, elaborem o pensar crítico. A partir da realidade lida, indagada e analisada no coletivo, possam construir juntos novos saberes e o foco da ação educativa seja redirecionado para a compreensão do trabalho em seu sentido ontológico, visando à criação e à ação inovadora.

Considerou-se, nessa elaboração, o que se refere Zabala (1998) quanto aos conceitos que os leitores devem saber a partir da prática educativa para a compreensão dos fatos. Nesse sentido, totalizando 44 páginas, o *e-book* é composto por seções que buscam trazer os movimentos característicos do processo de conselho de classe apresentado no estudo. Pautado na abordagem da pedagogia histórico-crítica e no desafio da categoria totalidade para o processo educativo, o material está organizado em três capítulos: 1. Contextualizando; 2. Problematizando; 3. Propondo. À medida em que se seguem as trilhas teórica, pedagógica e comunicacional, instiga-se a reflexão e o debate com os leitores sobre o conselho de classe, visando à mobilização de saberes que possam contribuir para o exercício da avaliação formativa e para a vivência coletiva de uma *práxis* emancipatória.

Dessa forma, o produto apresentou o objetivo do estudo; situou historicamente o leitor; contextualizou a problemática; introduziu conceitos utilizados por teóricos; estabeleceu diálogo com o Projeto Político Pedagógico Institucional; questionou os sujeitos em suas concepções, estabelecendo um confronto de ideias, trazendo contradições e criticizando a prática pedagógica cotidiana. A elaboração e a validação do produto, buscando atender às necessidades da comunidade acadêmica, trazem, ao coletivo de sujeitos, oportunidades de conhecimento e transformação da realidade.

Para atingir a finalidade de se tornar um objeto facilitador do aprendizado, foi realizada a avaliação do material com formulário no *Google Forms* (APÊNDICE E) encaminhado aos sujeitos destinatários. O instrumento foi elaborado a partir de critérios sugeridos por Ruiz et al. (2014) e Leite (2018): atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança de ação. A partir desses critérios formularam-se duas questões abertas e treze fechadas, oferecendo como níveis de concordância: discordo totalmente, discordo parcialmente, indiferente, concordo parcialmente e concordo totalmente. Realizaram a leitura do *e-book* e responderam o formulário de avaliação quatro docentes e quatro técnicos da equipe de coordenadoria pedagógica, todos do mesmo campus e curso do IFSC em que ocorreu a etapa de pesquisa de campo.

De maneira geral, o *e-book* teve boa aceitação, sendo bem avaliado na maioria dos critérios elencados. O resultado da avaliação, a partir das questões fechadas, pode ser observado no quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Distribuição das respostas por questão do formulário de avaliação

QUESTÕES	ALTERNATIVAS				
	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1. O e-book apresenta uma organização visualmente atrativa e de fácil compreensão.			12,25%	25%	62,5%
2. O e-book apresenta um texto atrativo e de fácil compreensão.			12,25%	12,25%	75%
3. O e-book apresenta capítulos interligados e coerentes				25%	75%

4. O e-book apresenta conceitos e argumentos claros.				25%	75%
5. O conteúdo do e-book propõe reflexão sobre a realidade do leitor, levando-o a questionar a proposta de educação e sua prática educativa.				25%	75%
6. O conteúdo do e-book aprofunda sua compreensão sobre o Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado.				25%	75%
7. O conteúdo do e-book apresenta potencial para auxiliar na sua atuação nos Conselhos de Classe.			12,25%	12,25%	75%
8. O e-book traz uma nova abordagem sobre o Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado.			25%	37,5%	37,5%
9. Encontrei dificuldades para compreender conceitos, informações e argumentos apresentados no e-book.	87,5%	12,5%			
10. Sobre o primeiro capítulo "Contextualizando", o texto está coerente e compreendi as relações entre a Educação Profissional, a formação humana integral e a função dos conselhos de classe.				25%	75%
11. Sobre o segundo capítulo "Problematizando", o texto está coerente e compreendi as relações entre gestão democrática, avaliação e conselho de classe.			12,5%	12,5%	75%
12. Sobre o terceiro capítulo "Propondo", o texto está coerente e compreendi as possibilidades de organização e etapas do conselho de classe a partir de uma perspectiva histórico-crítica.				25%	75%

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

De acordo com os dados do quadro, constata-se que a maior quantidade de respostas se delimitou ao nível de concordância “concordo totalmente”, havendo incidências significativas no nível “concordo parcialmente”. A questão “Encontrei dificuldades para compreender conceitos, informações e argumentos apresentados no e-book” obteve maior nível de discordância, evidenciando a compreensão do

enunciado e a não automatização das respostas, quando comparada ao nível de concordância dos mesmos sujeitos a questões que também se referiam à clareza e à compreensão dos conceitos apresentados no e-book. Nas duas questões abertas, os participantes da pesquisa registraram sugestões e comentários sobre o e-book. Dentre as sugestões, foram destacados alguns pontos a serem aperfeiçoados no material:

1.“propor/sugerir instrumentos para coleta/registro das informações para cada uma das ações do conselho de classe”; 2.“a questão estética parece, em determinados trechos, simples demais se considerada a qualidade do seu conteúdo - texto, aprofundamento teórico e discussão”; 3.“verificar os elementos relacionados à acessibilidade do *e-book*, de modo que seu conteúdo possa ser acessado pelo maior número de pessoas”; 4.“Deixo como sugestão uma proposta mais prática, uma espécie de roteiro com tópicos a serem abordados, tempo necessário e período em que os conselhos devem acontecer. Outra reflexão que é bem importante seria se após o conselho de classe deveria haver uma nova oportunidade de recuperação para os estudantes que o conselho indicar ou se o conselho de classe é a finalização do semestre, já sem a possibilidade de novas avaliações”.

Tais sugestões foram analisadas e, considerando os objetivos do PE, incorporadas na versão final do produto. Entende-se, por exemplo, que os instrumentos para registro e coleta de informações, bem como o roteiro mencionado precisam ser (re)pensados no contexto de cada instituição, conforme sua realidade local, cuja discussão pode ser ampliada a partir do abordado neste material educativo . A parte estética do produto, por outro lado, foi aprimorada na versão final, após a banca de validação. Quanto à acessibilidade, acolheu-se a demanda e está em estudo para adaptação posterior. Cabe também ressaltar que os participantes da etapa de avaliação do produto destacaram a qualidade do conteúdo, bem como a contribuição do e-book para o processo de formação dos envolvidos e para a qualificação do conselho de classe, a partir da perspectiva de avaliação processual e colaborativa, conforme excertos a seguir:

1.“que o *e-book* possa ser utilizado como dispositivo de formação dos trabalhadores que atuam diretamente nos conselhos de classe na nossa instituição”; 2.“Material de extrema qualidade e uma importante fonte para a formação docente”; 3.“Na minha visão, a maior contribuição deste e-book está em ancorar conceitos necessários à uma prática educativa compartilhada no espaço escolar. A leitura oportunizou aprender e revisar conceitos que balizam os conselhos de classe. A partir do estilo da escrita e da forma do texto, vivenciei como momentos de diálogo com a autora.”; 4.“Excelente material, com tópicos consistentes e apropriados!”; 5.“proporcionou uma ótima

reflexão sobre a nossa prática para os conselhos de classe”; 6.“A leitura foi muito informativa e trouxe reflexões sobre minha prática docente de avaliação diagnóstica e formativa, assim como na interação com os colegas do conselho de classe”; 7.“O e-book está muito bem redigido. É coeso. É relevante. A organização visual do e-book é de fácil compreensão, não contém muitos elementos que distraem. (...) Aprendi bastante”; 8.“Trabalho relevante para uma práxis educativa que supere a visão tradicional de ensino”.

A avaliação do PE, ressaltadas as considerações dos sujeitos, indicou cenário favorável para se alcançar o propósito do material educativo, em tempo que revelou atender aos critérios apontados por Ruiz et al. (2014) e Leite (2018). Corrobora com esse resultado, a manifestação, por parte dos sujeitos de pesquisa, de que seja elaborado, a partir desse material, um projeto de curso de formação continuada docente a ser ofertado pela pesquisadora ao coletivo do campus. Intenção essa ratificada em roda de conversa realizada no *lócus* de pesquisa, proposta como espaço para devolutiva dos resultados ao grupo de sujeitos e diálogo sobre as considerações apontadas no estudo, em momento posterior à validação do trabalho pela banca de defesa.

5. CONSIDERAÇÕES

Este estudo sobre o conselho de classe em um campus do IFSC reafirma, em suas contradições, o potencial dessa instância colegiada para criar uma cultura de trabalho pedagógico colaborativo, tornando-se movimento de emersão e crescimento da consciência pessoal e coletiva. Cultura ressaltada nas palavras de Cruz (2005, p.12) : “É essa tomada de consciência individual e coletiva que nos faz sujeitos do processo educativo e não meros tarefeiros”. Todavia, na voz dos respondentes desta pesquisa, embora tenha se constatado a relevância atribuída a essa prática nas falas de cada um, os conselhos de classe constituem-se ainda como desafio à visão de totalidade do processo educativo, em tempo que têm dificultado aos estudantes a consciência sobre seu desenvolvimento; aos docentes e equipe pedagógica, a realização de um trabalho pedagógico crítico e ao campus, a materialização de um trabalho pedagógico integrado e colaborativo.

Ficou evidenciado que, como referencial de apoio às definições político-pedagógicas no curso, o conselho de classe precisa se constituir como prática a

serviço da integração e não como um evento isolado do processo. À proporção em que se consolidam como parte constituinte do movimento de planejamento, problematização, mediação, reflexão, análise e construção de conhecimento no e sobre o processo de ensino-aprendizagem, os conselhos favorecem a mobilização de toda a comunidade educativa em torno de objetivos comuns, em um pensar-fazer dinâmico e criativo. Trabalho do qual os conselheiros como um todo, sem exceção, precisam fazer parte como sujeitos ativos e assim consigam se reconhecer no processo em sua totalidade.

Salienta-se que posicionar-se cotidianamente contra uma visão de mundo estigmatizada, resgatando o princípio da formação humana integral, é um desafio para a educação, e, particularmente, para a educação profissional. Constata-se, com o estudo, que esse movimento será mais eficaz quanto mais os sujeitos nele envolvidos consigam, no coletivo, desvelar e avaliar criticamente a realidade, captando avanços e desafios e acordando possibilidades de transformação, ao compreenderem os vínculos de sua prática com a prática social na totalidade. Urge, portanto, concretizar-se como exercício sistematizado de autoavaliação e avaliação coletiva, interconectado com o movimento histórico de formação humana dos diferentes sujeitos.

Atendendo ao compromisso assumido pelos IFs, cabe ainda a materialização, em cada campus, de um Plano Político Pedagógico coerente com a proposta institucional e que favoreça o exercício consciente de seu papel social. Plano esse a ser sistematizado, a partir dos conselhos de classe, em ação pensada coletivamente e comprometida com a formação integral. Reafirma-se a importância da interação entre os diferentes atores ao longo do processo educativo, trazendo a discussão pedagógica de forma situada e integrada. Assim, o conselho de classe é responsabilidade do colegiado de curso, mas também de toda a comunidade educativa, que, com autonomia, assume intencionalmente o processo de avaliação formativa, acompanhando, problematizando e intervindo no currículo em movimento, em uma *práxis* alinhada à proposta de trabalho pedagógico que objetiva incorporar a integralidade dos sujeitos.

Cientes da existência de um Projeto Político Pedagógico Institucional que orienta o trabalho no IF, propõe-se que assim ele abrace o Projeto Político Pedagógico do Campus, que por sua vez abraçará os Projetos Pedagógicos de Curso e, a serem

(re)elaborados coletiva e progressivamente, a partir dos conselhos de classe, o Plano Pedagógico de Turma e o de Estudantes. Enfatiza-se que essa ação ocorre não em movimento autoritário ou inconsciente, mas em movimento de integração, de forma que cada projeto/plano, como parte, revele em si as características da totalidade. É o currículo vivo, em movimento, pensado em interação com a realidade concreta, sendo as ideias do coletivo de sujeitos transformadas em ação, em processo contínuo de avaliação formativa, almejando superar a contradição entre vida e trabalho.

Torna-se, portanto, essencial impulsionar o exercício da criticidade no desenvolvimento curricular na educação profissional e tecnológica, ampliando o debate entre os sujeitos conselheiros em diferentes espaços de atuação. Coadunando com o apelo de Kuenzer (2020), destaca-se como imprescindível “investir no espaço pedagógico coletivo da escola para que forme os sujeitos pelo mundo do trabalho, da cultura, da ciência, de forma mais orgânica”. Considerando que a concepção de trabalho pedagógico em perspectiva histórico-crítica e emancipatória, conforme prescrito institucionalmente e defendido neste estudo, ainda não ecoa de maneira uníssona no IFSC, sugere-se a continuidade da discussão sobre os conselhos de classe na trilha da formação humana integral, a fim de se contribuir com o movimento de travessia da percepção imediata para uma *práxis* transformadora na instituição.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli E. D. A. Estudo de Caso: seu potencial na educação. **Cadernos de Pesquisa**, 49, p. 51-54, maio 1984 - Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1427/1425>. Acesso em: 5 jun. 2021.
- ARAÚJO, Adilson C. de. O Ensino Médio Integrado, uma aposta necessária. In: FEIJÓ, G. V.; SILVA, T. de F. (Org). **Ensino e Pesquisa em História e Humanidades nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: desafios e perspectivas**. Brasília: Ed. IFB, 2017.
- ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. Referências sobre práticas formativas em Educação Profissional: o velho travestido de novo ante o efetivamente novo. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 36, n.º 2, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.senac.br/bts/362/argo4.pdf>.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Lei de Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez.2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm
- BRASIL. Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 ago.1971. Disponível em: [L5692 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm)
- CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memórias e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise N. **Ensino Médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005, p.83-106.
- CRUZ, Carlos H. C. **Conselho de Classe: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar**. São Paulo: Loyola, 2005.
- DALBEN, Ângela I. L. F. Conselho de Classe. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Educação, 2010.
- DALBEN, Ângela I. L. F. **Conselho de Classe e Avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola**. Campinas: Papirus, 2004.
- DALBEN, Ângela I. L. F. **Trabalho Escolar e Conselho de Classe**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1996.
- FAVRETTO, J. SCALABRIN, I. Educação profissional do Brasil: marcos da trajetória. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 12, 2015, Curitiba. **Anais**. Curitiba: Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015, p.14. Disponível em:

http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22698_11447.pdf. Acesso em: 30 jul.2022

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta**. 4. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 ago. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 2; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação: mito e desafio - uma perspectiva construtivista. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 1991.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 32. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

IFSC. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC (2020-2024)**. Santa Catarina: IFSC, 2019. Disponível em: <https://pdi.ifsc.edu.br/>. Acesso em: 5 jun. 2022.

KAPLÚN, G. **Material educativo**: a experiência de aprendizado. Comunicação & educação, São Paulo, v. 9, n. 27, p. 46-60, maio/ago. 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491/40205>.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

KUENZER, Acácia Z. **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2009.

KUENZER, Acácia Z. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio Flexível. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p.

57-66, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n1/1413-8123-csc-25-01-0057.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2022.

LAFFIN, Maria Hermínia L. F. **A Constituição da docência entre professores de escolarização inicial de jovens e adultos**. Ijuí: Ed. Ijuí, 2013.

LEITE, P. **Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino**: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Educação e divisão social do trabalho**: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, 2006, p. 117-128. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132006000100009>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica**: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Natal, v.2, p.1-27, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 27 set. 2019.

MOURA, Dante Henrique. **Ensino médio integrado**: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/52531376-Ensino-medio-integrado-subsuncao-aos-interesses-docapital-ou-travessia-para-a-formacao-humana-integral.html>. Acesso em: 20 jun.2022

OLIVEIRA, Fátima Peres Zago de. **Pactos e impactos da iniciação científica na formação dos estudantes do ensino médio**. Tese (Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais**: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Natal: IFRN, 2010.

PARO, V. H. **Reprovação escolar**: renúncia à educação. São Paulo: Xamã, 2001.

PIZOLI, Rita de C. A função do conselho de classe na organização do trabalho pedagógico escolar. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. EDUCERE. PUCPR. 2009.

RAMOS, Marise N. **Filosofia da práxis e práticas pedagógicas de formação de**

trabalhadores. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 207-218, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9306>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ROCHA, Any D.C. **Conselho de Classe:** burocratização ou participação? 3ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1986.

RUIZ, L., Motta, L., Bruno, D., Demonte, F., Tufró, L.(2014). **Producción de materiales de comunicación y educación popular.** Buenos Aires: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires

SANTOMÉ, Jurjo T. **Globalização e interdisciplinaridade:** o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica:** primeiras aproximações. 11a ed. rev.- Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia Histórico-Crítica.** Revista RBBA, Vitória da Conquista, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/rbba/article/view/4589/4400>

SOUSA. Sandra M. Zákia. **Conselho de Classe:** um ritual burocrático ou um espaço de avaliação coletiva? Série Idéias, n. 25, São Paulo: FDE, 1998, p 45-59.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação:** concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (orgs.). **As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico:** novos desafios para a escola. - Campinas, SP: Papyrus, 2001. - (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

ZABALA, A. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/scencyv> .

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

Descrição Técnica do Produto

Origem do produto: estudo desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Área de Conhecimento: Ensino.

Público-alvo: docentes, profissionais da equipe técnico-pedagógica e demais interessados em estudos sobre o Conselho de Classe.

Categoria deste produto: e-book.

Finalidade: auxiliar no processo de formação continuada docente e dos profissionais das equipes técnico-pedagógica, em especial, os envolvidos com as práticas pedagógicas no Ensino Médio Integrado.

Registro do produto: Biblioteca do Instituto Federal Catarinense (IFC), campus Blumenau.

Avaliação do produto: a aplicação e a avaliação do e-book foram realizadas por formulário eletrônico, enviado aos profissionais da equipe técnico-pedagógica e aos docentes que atuam em um curso técnico integrado. O produto também foi validado pelos professores componentes da Banca de Defesa.

Disponibilidade: irrestrita, preservando-se os direitos autorais, bem como a proibição do uso comercial do produto.

Divulgação: em formato digital.

Instituição envolvida: Instituto Federal Catarinense (IFC).

URL: produto acessível no repositório da EduCapes

Idioma: português.

Cidade: Blumenau.

País: Brasil

Link para acessar o e-book: [link provisório](#)

Figura: Capa do e-book “Na trilha da formação humana integral: um Conselho no meio do caminho”



APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO COLETA DE DADOS DISCENTES

Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica: Por quê? Para quê? Para quem?

Olá!

Meu nome é Débora, sou servidora TAE, Técnica em Assuntos Educacionais, no IFSC, e discente no curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT).

Estou desenvolvendo uma pesquisa intitulada “Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado à EPT: Por quê? Para quê? Para quem?” sob orientação da Profa. Dra. Bernadete Machado Serpe.

Convido você, estudante, a participar da pesquisa, respondendo a este questionário, constituído de 2 (duas) etapas de perguntas sobre o tema, cujo tempo de resposta está estimado entre 20 a 30 minutos. O prazo de preenchimento se estende até o dia 08/07/21.(prorrogado)

Suas respostas serão uma contribuição muito significativa para os estudos que visam (re)pensar os conselhos de classe no IFSC, favorecendo ainda o desenvolvimento de um produto educacional. Nesse sentido, conto com sua importante colaboração.

Comprometo-me, como pesquisadora, a manter confidencialidade sobre as informações concedidas e o anonimato dos(as) participantes.

Antes de iniciar suas respostas, no entanto, é necessário que solicite a autorização de seus responsáveis, pelo link: https://drive.google.com/le/d/1ygstwpu6X7yGt7oQHw8zs_e9geTjLvVE/view?usp=sharing, no qual terão acesso ao Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) – para responsáveis - e também leia com atenção o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) – para estudantes, pelo link: https://drive.google.com/le/d/1msnmt6iU_bMYbBi0YQh3ThKyCblywQWF/view?usp=sharing

Com as explicações que constam no TCLE e no TALE, espero que vocês estejam suficientemente informados(as) a respeito da pesquisa e concordem em participar.

Caso tenham alguma dúvida ou necessitem de mais informações, entrem em contato comigo, identificando-se como estudante (ou responsável por estudante) do IFSC Campus [REDACTED]. Estarei à sua disposição.

Desde já agradeço.

Um abraço!

Débora Magna Santos Costa de Souza
Fone:(47) 9 97943745
E-mail: debora.magna@ifsc.edu.br / deboramscs@gmail.com

*Obrigatório

1. E-mail *
2. Nome completo e contato (e-mail) do/da responsável pelo/a estudante: *
3. Eu e meu/minha responsável legal lemos os termos (TCLE e TALE) para *
participação nesta pesquisa e, tendo esclarecido nossas dúvidas:
() com autorização do/a responsável, concordo em participar não concordo em
participar () não estou autorizado a participar

Dados do/a Estudante

4. Nome:
5. Idade: *
6. Ano de ingresso no Curso Técnico em Informática do IFSC: *
7. Módulo/período/fase do curso em que está matriculado/cursando: *
() 3 () 4 () 5 () 6 Outro:
8. Você é representante de turma no IFSC? * *Marcar apenas uma oval.*
() sim () não () atualmente não, mas já fui em outros anos/semestres

O Conselho de Classe

9. O que é, para você, Conselho de Classe, e para que serve (qual sua função)?
*
10. Relacione de 3 (três) a 5 (cinco) palavras que, para você, representem o Conselho de Classe no "IFSC Campus [REDACTED]". *
11. Você participa dos Conselhos de Classe do curso em que estuda ? Por quê?
(Explique o que influencia/motiva você a participar ou não) *
12. Quem você considera que precisa participar do Conselho de Classe? * *Marque todas que se aplicam.*
() Docentes do curso
() A turma de estudantes
() Estudantes representantes de turma
() Servidores do núcleo pedagógico/da coordenadoria pedagógica Pedagogo(a)
Outro: _____
13. Na sua compreensão, qual o papel de cada um dos participantes no Conselho de Classe? (somente participantes sinalizados por você na questão anterior)
(participante-seu papel no conselho) *
14. Quanto à sua satisfação com a prática de Conselho de Classe no IFSC, você *

considera estar:

() Muito insatisfeito/a
() Insatisfeito/a
() Neutro/indiferente
() Satisfeito/a, mas percebendo necessidade de melhorias Muito satisfeito/a

Conselho de Classe e o Técnico Integrado

15. Relacione 3 (três) palavras ou expressões que descrevam os três principais * desafios (ou dificuldades) que você percebe para a prática de Conselho de Classe no Curso Técnico Integrado em Informática do IFSC Campus [REDACTED]

16. Como você percebe os "pré-conselhos" (período "preparatório"/momento de * identificação e organização das questões educativas a serem levadas ao conselho de classe) no curso em que estuda? O que considera que poderia melhorar nessa etapa que antecede o Conselho de Classe do curso? Por quê?

17. Descreva o que você percebe (ou supõe/acha) que acontece na reunião de * Conselho de Classe de seu curso/turma.

18. Após a reunião de Conselho de Classe do seu curso/turma, você considera * que "fica claro", para você e sua turma, como e por que foram tomadas as decisões e por quais caminhos seguirá o processo de ensino e aprendizagem desse momento em diante? Sob o seu ponto de vista, o que, na prática, contribui (ou poderia contribuir) para essa clareza?

19. No IFSC, a realização de Conselho de Classe para os cursos técnicos ocorre * em dois momentos: "conselho intermediário" e "conselho final". Na sua opinião, qual impacto (benéfico ou adverso) você constata que "cada um" desses dois momentos produz no processo educativo como um todo? (C.intermediário- impacto; C.final- impacto) (Caso não perceba ou considere que o conselho mencionado não interfira nem contribua com o seu processo formativo ou de seus colegas, indique: "não percebo impacto" ou "não produz impacto significativo").

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO COLETA DE DADOS DOCENTES

Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica: Por quê? Para quê? Para quem?

Prezado(a) Docente,

Meu nome é Débora, sou servidora TAE, Técnica em Assuntos Educacionais, no IFSC Campus Itajaí, e discente no curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT).

Estou desenvolvendo a pesquisa intitulada como "CONSELHO DE CLASSE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: POR QUÊ? PARA QUÊ? PARA QUEM?", sob orientação da Profa. Dra. Bernadete Machado Serpe.

Convido você a participar da pesquisa, respondendo a este questionário, constituído de 3 (três) etapas de perguntas, cujo tempo de resposta está estimado entre 20 a 30 minutos. O prazo de preenchimento se estende até o dia 07/07/21. (prorrogado até 28/07, devido ao recesso).

Suas respostas serão uma contribuição muito significativa para os estudos que visam (re)pensar essa prática educativa no IFSC, colaborando ainda com a elaboração de um produto educacional sobre o tema.

Comprometo-me, como pesquisadora, a manter confidencialidade sobre as informações concedidas e o anonimato dos(as) participantes.

Dessa forma, é importante que leia e guarde uma cópia do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE), acessando o link: <<https://drive.google.com/le/d/1BclMtCU3LHHHT50cZXOcg3d6a9UDTqeO/view?usp=sharing>>

Com as explicações que constam no TCLE, espero que você esteja suficientemente informado(a) a respeito da pesquisa e concorde em responder ao questionário.

Caso tenha alguma dúvida ou necessite de mais informações, entre em contato comigo. Estarei à sua disposição.

Desde já agradeço.

Débora Magna Santos Costa de Souza Fone:(47) 9 97943745
E-mail: debora.magna@ifsc.edu.br

* Obrigatório

1. E-mail *

2. Li o termo de consentimento para participação nesta pesquisa e, tendo esclarecido minhas dúvidas:

() concordo em participar () não concordo em participar

2. Situação funcional *
- efetivo
 - substituto/temporário
3. Tempo de atuação como docente na instituição: *
4. Tempo de atuação docente em curso técnico integrado no IFSC Campus [REDACTED]: *
5. Área de formação: *
7. Quanto à sua satisfação com a prática de Conselho de Classe no IFSC, você considera estar: *
- Muito insatisfeito
 - Insatisfeito
 - Neutro/indiferente
 - Satisfeito, mas percebendo necessidade de melhorias Muito satisfeito

Conselho de Classe

8. O que é, para você, Conselho de Classe e para que serve (qual sua função)? *
9. Relacione de 3 (três) a 5 (cinco) palavras que, para você, representem o Conselho de Classe no IFSC Campus [REDACTED]. *
10. Quem você considera que precisa participar do Conselho de Classe? * *Marque todas que se aplicam.*
- Docentes do curso
 - A turma de estudantes
 - Estudantes representantes de turma
 - Núcleo pedagógico/equipe multiprofissional da coordenação pedagógica
 - Pedagogo(a)
- Outro: _____
11. Na sua compreensão, qual o papel de cada um dos participantes no Conselho de Classe? * (somente participantes sinalizados por você na questão anterior) (participante-seu papel no conselho) *
12. Como o Conselho de Classe afeta e/ou se relaciona com seu planejamento e sua prática pedagógica cotidiana, isto é, qual o significado do Conselho de Classe para sua prática docente no IFSC? *
13. Na sua opinião, qual fator (ou fatores), relacionado à prática de Conselho de Classe, mais influencia ou pode determinar o processo de permanência e êxito discente? *

Conselho de Classe e o Técnico Integrado

14. Você percebe diferença, na prática cotidiana, entre o Conselho de Classe de um "curso técnico integrado" do IFSC e o Conselho de Classe de outro curso de nível médio (ensino médio, técnico concomitante ou subsequente)? Em tese, qual seria, para você, essa distinção? *

15. Relacione de 3 (três) a 5(cinco) palavras ou expressões que descrevam os principais desafios relacionados à prática de Conselho de Classe nos "cursos técnicos integrados" (ensino médio integrado à educação profissional) no IFSC. *

16. No IFSC, a realização de Conselho de Classe para os cursos técnicos ocorre * em dois momentos: "conselho intermediário" e "conselho final". Como docente de um curso técnico integrado, qual impacto (benéfico ou adverso) você constata que "cada um" desses dois momentos produz no processo educativo como um todo?(C.intermediário-impacto; C.final-impacto) (Caso não perceba ou o momento mencionado não produza impacto significativo, preencha com "não percebo impacto" ou "não produz impacto significativo").*

17. Como você percebe os "pré-conselhos" (momento/período de identificação e organização das questões educativas a serem levadas ao conselho de classe) do curso técnico integrado em que atua? (Teça sua consideração/ponderação a respeito desse período "preparatório" que antecede o Conselho de Classe do curso).*

18. Na sua percepção, a partir de quais "critérios" e/ou indicadores "basicamente" é realizada a análise das questões educativas e, conseqüentemente, quais aspectos prioritariamente norteiam as discussões e fundamentam as decisões em Conselho de Classe do Curso Técnico Integrado em Informática? *

19. Concluída a reunião de Conselho de Classe do Curso Técnico Integrado em Informática no Campus [REDACTED] você nota que fica claro, para você e para cada envolvido, o caminho a ser adotado no processo educativo? Sob o seu ponto de vista, o que, na prática, contribui (ou poderia contribuir) para essa clareza? *

Outras Contribuições

20. No seu entendimento, tendo em vista a proposta político-pedagógica da instituição, "o que escapa" atualmente à prática avaliativa de Conselho de Classe nos cursos técnicos integrados do IFSC e não poderia, pois é essencial? Assinale 3 (três) alternativas que considera fundamentais (as mais relevantes na sua opinião). * Marque todas que se aplicam.

- participação direta e efetiva dos profissionais interdisciplinaridade
- protagonismo discente
- integração
- debate franco e aberto
- criticidade
- construção democrática
- decisões assertivas
- ação transformadora
- acompanhamento efetivo do/no processo educativo trabalho colaborativo

- compreensão das concepções que norteiam essa prática educativa no IFSC
nalidade formativa
- autonomia docente
- relação de conança
- Outro: _____

21. Deixe aqui sua inquietação, sugestão de melhoria, crítica, necessidade, reflexão ou algum comentário que julgue importante manifestar a respeito da prática de Conselho de Classe em âmbito de ensino médio integrado no IFSC. *

22. Para você, qual seria a melhor forma de ter acesso a informações e/ou socializar conhecimentos sobre a prática de Conselho de Classe na perspectiva abordada neste estudo? (produto educacional para docentes). * *Marcar apenas uma oval.*

- um curso de formação
- um e-book
- Outro: _____

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO COLETA DE DADOS TÉCNICOS COORDENADORIA PEDAGÓGICA

Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica: Por quê? Para quê? Para quem?

Prezado(a) Servidor(a),,

Meu nome é Débora, sou servidora TAE, Técnica em Assuntos Educacionais, no IFSC Campus Itajaí, e discente no curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT).

Estou desenvolvendo a pesquisa intitulada como "CONSELHO DE CLASSE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: POR QUÊ? PARA QUÊ? PARA QUEM?", sob orientação da Profa. Dra. Bernadete Machado Serpe.

Convido você a participar da pesquisa, respondendo a este questionário, constituído de 3 (três) etapas de perguntas, cujo tempo de resposta está estimado entre 20 a 30 minutos. O prazo de preenchimento se estende até o dia 07/07/21. (prorrogado até 28/07, devido ao recesso).

Suas respostas serão uma contribuição muito significativa para os estudos que visam (re)pensar essa prática educativa no IFSC, colaborando ainda com a elaboração de um produto educacional sobre o tema.

Comprometo-me, como pesquisadora, a manter confidencialidade sobre as informações concedidas e o anonimato dos(as) participantes.

Dessa forma, é importante que leia e guarde uma cópia do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE), acessando o link: <https://drive.google.com/file/d/10S8_T2vvqt8to3irF4q-LQFLhMqCpp6o/view?usp=sharing>.

Com as explicações que constam no TCLE, espero que você esteja suficientemente informado(a) a respeito da pesquisa e concorde em responder ao questionário.

Caso tenha alguma dúvida ou necessite de mais informações, entre em contato comigo. Estarei à sua disposição.

Desde já agradeço.

Débora Magna Santos Costa de Souza Fone:(47) 9 97943745
E-mail: debora.magna@ifsc.edu.br

* Obrigatório

1. E-mail *

2. Li o termo de consentimento para participação nesta pesquisa e, tendo esclarecido minhas dúvidas:

() concordo em participar () não concordo em participar

Respondente

3. Tempo de atuação na instituição: *

4. Tempo de atuação na coordenadoria/núcleo pedagógico do IFSC Campus

██████:*

5. Área de formação: *

6. Cargo/função: *

7. Faz quanto tempo que participa de Conselhos de Classe no IFSC? *

8. Quanto à sua satisfação com a prática de Conselho de Classe no IFSC, você considera estar: * *Marcar apenas uma oval.*

() Muito insatisfeito/a

() Insatisfeito/a

() Neutro/indiferente

() Satisfeito/a, mas percebendo necessidade de melhorias Muito satisfeito/a

Conselho de Classe

9. O que é, para você, Conselho de Classe e para que serve (qual sua função)? *

10. Relacione de 3 (três) a 5 (cinco) palavras que, para você, representem o Conselho de Classe no IFSC Campus ██████.

11. Quem você considera que precisa participar do Conselho de Classe? * *Marque todas que se aplicam.*

() Docentes do curso

() A turma de estudantes

() Estudantes representantes de turma

() Servidores do núcleo pedagógico/equipe multiprofissional da coordenadoria pedagógica(CP)

() Pedagogo(a)

() Outro: _____

12. Na sua compreensão, qual o papel de cada um dos participantes no Conselho de Classe? (somente participantes sinalizados por você na questão anterior) (participante-seu papel no conselho) *

13. Como o Conselho de Classe afeta e/ou se relaciona com seus fazeres cotidianos no IFSC, isto é, qual o significado do Conselho de Classe para sua prática profissional no IFSC? *

14. Como o Conselho de Classe, na sua percepção, influencia e/ou interfere no planejamento e na prática pedagógica docente nos cursos? *

15. Na sua opinião, qual fator (ou fatores), relacionado à prática de Conselho de Classe, mais influencia ou pode determinar o processo de permanência e êxito discente? *

Conselho de Classe e o Técnico Integrado

16. Relacione de 3 (três) a 5(cinco) palavras ou expressões que descrevam os principais desafios relacionados à prática de Conselho de Classe nos "cursos técnicos integrados" (ensino médio integrado à educação profissional) no IFSC. *

17. No IFSC, a realização de Conselho de Classe para os cursos técnicos ocorre em dois momentos: "conselho intermediário" e "conselho final". Como profissional que atua na CP com os cursos técnicos integrados, qual impacto (benéfico ou adverso) você constata que "cada um" desses dois momentos produz no processo educativo como um todo? (C.intermediário-impacto; C.final-impacto) (Caso não perceba ou o momento mencionado não produza impacto significativo, preencha com "não percebo impacto" ou "não produz impacto significativo"). *

18. Como você percebe os "pré-conselhos" (momento/período de identificação e organização das questões educativas a serem levadas ao conselho de classe) dos cursos técnicos integrados do Campus [REDACTED]? (Teça sua consideração/ponderação a respeito desse período preparatório que antecede as reuniões de Conselho de Classe nesses cursos). *

19. Na sua percepção, a partir de quais "critérios" e/ou descritores/indicadores "basicamente" é realizada a análise das questões educativas e, conseqüentemente, quais aspectos prioritariamente norteiam as discussões e fundamentam as decisões em Conselho de Classe do Curso Técnico Integrado em Informática? *

20. Concluída a reunião de Conselho de Classe do Curso Técnico Integrado em Informática no Campus [REDACTED], você nota que fica claro, para você e para cada envolvido, o caminho a ser adotado no processo educativo? Sob o seu ponto de vista, o que, na prática, contribui (ou poderia contribuir) para essa clareza? *

Outras Contribuições

21. No seu entendimento, tendo em vista a proposta político-pedagógica da instituição, "o que escapa" atualmente à prática avaliativa de Conselho de Classe nos cursos técnicos integrados do IFSC e não poderia, pois é essencial? Assinale 3 (três) alternativas que considera fundamentais (as mais relevantes na sua opinião). * *Marque todas que se aplicam.*

- participação direta e efetiva dos profissionais interdisciplinaridade
- protagonismo discente
- integração
- debate franco e aberto
- criticidade
- construção democrática
- decisões assertivas
- ação transformadora
- acompanhamento efetivo do/no processo educativo trabalho colaborativo

compreensão das concepções que norteiam essa prática educativa no IFSC

finalidade formativa

autonomia docente

relação de confiança

Outro: _____

22. Deixe aqui sua inquietação, sugestão de melhoria, necessidade, crítica, reflexão ou algum comentário que julgue importante manifestar a respeito da prática de Conselho de Classe em âmbito de ensino médio integrado no IFSC.

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Questionário de avaliação do e-book "Na trilha da formação humana Integral: um conselho de classe no meio do caminho"

Olá, servidor(a)!

Meu nome é Débora, sou servidora do IFSC - Itajaí e aluna no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, no IFSC - Campus Blumenau.

Estou na fase final de minha pesquisa, que investigo o conselho de classe nos cursos de Ensino Médio Integrado, sob orientação da Profa. Dra. Viviane Grimm.

Esse questionário é direcionado aos docentes que atuam no curso de Ensino Técnico Integrado em Informática do IFSC - Campus **Gaspar** e servidores(as) que atuam na Coordenadoria Pedagógica desse campus, com intuito de fazer uma avaliação do **e-book "Na Trilha da Formação Humana Integral: um conselho no meio do caminho"**, que pode ser acessado no seguinte link: https://e-book_conselhodeclasse.

Considerando sua experiência com o conteúdo do e-book e com cursos de Ensino Médio Integrado, convido-o(a) para conhecer o e-book e responder a este questionário.

Sua participação é de fundamental importância para a finalização do produto antes de ser disponibilizado ao público.

O tempo de leitura do e-book e respostas ao questionário é de aproximadamente 50 min. O formulário ficará aberto para respostas até o dia **18/08/2022**. Se você tiver dúvidas ou problemas no preenchimento, entre em contato comigo pelo e-mail debora.magna@ifsc.edu.br ou WhatsApp (47) 99794-3745.

Neste link https://tcle_conselhodeclasse você terá acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para acessar as informações relativas a esta pesquisa.

Desde já agradeço a sua disposição em participar da pesquisa! Atenciosamente,
Débora Magna Santos Costa de Souza

*Obrigatório

1. E-mail *
2. Concordo em participar da pesquisa e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas*.

() Concordo
() Não concordo
3. Atuo no IFSC - Campus Gaspar como: *

- () Docente no curso Técnico Integrado
() Servidor(a) na Coordenadoria Pedagógica

Sobre o e-book "Na trilha da formação humana Integral: um conselho de classe no meio do caminho" assinale nas sentenças (1) para discordo totalmente, (2) discordo parcialmente, (3) não concordo, nem discordo, (4) concordo parcialmente e (5) concordo totalmente.

4. O e-book apresenta uma organização visualmente atrativa e de fácil compreensão.*
Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente
5. O e-book apresenta um texto atrativo e de fácil compreensão. *
Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente
6. O e-book apresenta capítulos interligados e coerentes. *
Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente
7. O e-book apresenta conceitos e argumentos claros. *
Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente
8. O conteúdo do e-book propõe reflexão sobre a realidade do leitor, levando-o a questionar a proposta de educação e sua prática educativa.*
Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente
9. O conteúdo do e-book aprofunda sua compreensão sobre o Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado.*
Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente
10. O conteúdo do e-book apresenta potencial para auxiliar na sua atuação nos Conselhos de Classe.*
Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente
11. O e-book traz uma nova abordagem sobre o Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado. *
Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente
12. Encontrei dificuldades para compreender conceitos, informações e argumentos apresentados no e-book.*
Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente
13. Sobre o primeiro capítulo "Contextualizando", o texto está coerente e compreendi as relações entre a Educação Profissional, a formação humana integral e a função dos conselhos de classe.*
Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente
14. Sobre o segundo capítulo "Problematizando", o texto está coerente e compreende as relações entre gestão democrática, avaliação e conselho de classe.*
Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente
15. Sobre o terceiro capítulo "Propondo", o texto está coerente e compreendi

as possibilidades de organização e etapas do conselho de classe a partir de uma perspectiva histórico-crítica.*

Discordo Totalmente (1) (2) (3) (4) (5) Concordo Totalmente

16. Caso você tenha alguma sugestão, dúvida ou observado algum conteúdo que precisa ser corrigido ou melhorado no e-book, fique à vontade para escrever abaixo.

17. Deixe aqui sua opinião ou algum comentário que queira fazer a partir da leitura do e-book "Na trilha da formação humana Integral: um conselho de classe no meio do caminho".

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA DO IFC



INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONSELHO DE CLASSE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EPT: POR QUÊ? PARA QUÊ? PARA QUEM?

Pesquisador: DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA

Área Temática:

Versão: 5

CAAE: 34027820.6.0000.8049

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.537.207

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa tem como tema o Conselho de Classe como prática pedagógica avaliativa integrante de um processo de trabalho colaborativo na perspectiva da formação humana integral. Nesse sentido, é que, em estudo de caso, objetiva-se investigar a função do Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado no IFSC Câmpus Gaspar, buscando revelar essa prática em suas dimensões no processo educativo em EPT. O estudo discutirá, a princípio, a concepção de Conselho de Classe coerente com a proposta de ensino médio integrado, chamando ao diálogo as vozes de Ângela Dalben, Sandra Zácia Sousa, Paulo Freire, Jussara Hoffmann, Marise Ramos, Dermeval Saviani, Tomaz Tadeu da Silva, Dante Moura, entre outros. Em seguida, no campo de pesquisa, pretende-se mapear os conhecimentos dos sujeitos de pesquisa, os docentes, os discentes e a equipe multiprofissional da coordenadoria pedagógica, acerca do tema. Esses dados serão confrontados com a perspectiva de Conselho de Classe contemplada na proposta pedagógica institucional. Caracteriza-se a pesquisa, quanto à natureza, como aplicada. Sua abordagem metodológica é de cunho qualitativo, cujos instrumentos para obtenção dos dados serão questionário, entrevista semi estruturada e grupo focal. Os resultados esperados estão relacionados à produção do material educativo que contribuirá para ressignificação e efetividade da prática de conselho de classe, vislumbrando melhorias no processo de ensino e aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica.

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

Bairro: CENTRO

CEP: 88.340-055

UF: SC

Município: CAMBORIU

Telefone: (47)2104-0882

E-mail: cepsh@ifc.edu.br



Continuação do Parecer: 4.537.207

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Investigar a função do Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado no IFSC Câmpus Gaspar, buscando revelar essa prática em suas dimensões no processo educativo em EPT. **Objetivo Secundário:** Discutir concepção de Conselho de Classe coerente com a proposta de ensino médio integrado em EPT; Mapear os conhecimentos dos sujeitos da pesquisa acerca do tema Conselho de Classe; Reconhecer o lugar identitário ocupado pelos estudantes e pelos profissionais da educação na prática de Conselho de Classe do curso técnico integrado no Câmpus Gaspar; Relacionar os dados da pesquisa com os objetivos do Conselho de Classe contemplados na proposta pedagógica do IFSC; Desenvolver e implementar um produto educacional, em formato de e-book, tendo em vista a formação docente.

Metodologia

Os participantes são estudantes, docentes e equipe multiprofissional da coordenadoria pedagógica, com saberes em interação, levando-se em conta a realidade complexa e historicamente determinada. O decurso investigativo iniciará com pesquisa bibliográfica e documental para compor a concepção teórica de análise das categorias. A fundamentação sobre a temática, será inicialmente direcionada para autores clássicos da linha de avaliação processual e conselho de classe.

A pesquisa analisará a vivência e os saberes dos sujeitos do curso técnico integrado em Informática do campus Gaspar, a partir do entendimento que o estudo de caso qualitativo constitui uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios pré-determinados. O acesso às informações será disponibilizado pela direção do campus e o contato da pesquisadora com os sujeitos só se dará após a direção encaminhar e-mail informando-os sobre a pesquisa. A pesquisadora enviará e-mail a docentes e discentes do Curso e Coordenadoria Pedagógica, expondo informações sobre a pesquisa e encaminhando o questionário on line. Para todos os sujeitos, o TCLE será apresentado na primeira página do questionário, e somente os que lerem e concordarem com o termo passarão para a etapa de respostas. Estão aptos a participar da pesquisa todos os sujeitos referidos, mas participarão somente aqueles que concordarem com o TCLE. Quanto ao questionário, o aplicativo será configurado para que os sujeitos sempre recebam cópia das respostas (e-mail), destacando-se que guardem em seus arquivos uma cópia desse documento. Em período de medidas de segurança para saúde pública, os questionários serão enviados em e-mail por meio de link para preenchimento em Google Forms, e as entrevistas e o grupo focal serão realizados em sala virtual (GoogleMeet). Nesse caso, será necessária a gravação, com autorização do participante, para

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016
Bairro: CENTRO **Município:** CAMBORIU **CEP:** 88.340-055
UF: SC **E-mail:** capsh@ifc.edu.br
Telefone: (47)2104-0882



Continuação do Parecer: 4.537.207

posterior transcrição do conteúdo. Não se propõe no projeto gravar a imagem dos participantes para divulgação ou qualquer outro fim que não o deste estudo acadêmico. Ao conjunto de sujeitos da pesquisa será encaminhado o questionário, via Google Forms, e, dessa etapa, pretende-se fazer uma seleção dos termos mais evidenciados nas respostas, os quais serão pauta de diálogo nas entrevistas e grupo focal. Será adotado o procedimento de análise de conteúdo. Trata-se de análise qualitativa, com tratamento da informação contida nas mensagens. Concluídas as fases de coleta e análise e realizadas as interpretações, considerando os aspectos teóricos, os resultados servirão de subsídio para elaboração de artigo e produto educacional. Com escopo de formação docente, o material educativo, como parte integrante da proposta, será direcionado para elaboração e validação em parceria com os sujeitos da pesquisa.

Critério de Inclusão: Inclusão dos 3 grupos de sujeitos: estudantes, servidores docentes e técnicos administrativos por estarem diretamente envolvidos com o processo de conselho de classe e, assim, juntos colaboram na materialização do currículo de um curso técnico integrado no IFSC. Campus do IFSC com tempo de implantação semelhante ao da área de atuação da pesquisadora; justificando, dessa forma, criar-se um espaço para o diálogo e o encontro entre o sujeito e o objeto, de fato, na medida em que se atenta "para as diferenças, atrás das aparentes semelhanças". Outro fator para definição da unidade-caso foi o lugar que o Conselho de Classe ocupa no Regimento Interno do câmpus, levantando a hipótese de descrever um movimento de possível ressignificação desse espaço na instituição

Critério de Exclusão: Exclusão do câmpus Itajaí: devido à linha tênue traçada entre o ator e o pesquisador; a qual poderia prejudicar a pesquisa, imbricando fatores como a sensação de interferência no objeto de estudo, principalmente com o envolvimento do pesquisador na situação pesquisada ou com os sujeitos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos estão relacionados à aplicação dos instrumentos de pesquisa. A saber: invasão de privacidade; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; tomar o tempo dos sujeitos de pesquisa ao participar de entrevista ou do grupo focal e ao responder ao questionário; divulgação de imagens ou falas, caso as gravações sejam acessadas por terceiros que não a pesquisadora, o que ocorreria no caso de perda ou roubo dos equipamentos utilizados. Para minimizar os riscos, a pesquisadora buscará garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; atenuar desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras; assegurar a confidencialidade e a privacidade, a não estigmatização, a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

Bairro: CENTRO

CEP: 88.340-055

UF: SC

Município: CAMBORIU

Telefone: (47)2104-0882

E-mail: capsh@ifc.edu.br



Continuação do Parecer: 4.537.207

prestígio econômico e/ou financeiro. Ainda no sentido de evitar possibilidade de riscos, arquivará cuidadosamente o material de gravação de entrevistas, buscando evitar perda ou roubo de equipamentos. Estará atenta ainda aos sinais verbais e não verbais de desconforto, assegurando aos envolvidos estar habilitada para trabalhar com este método de coleta de dados. Além do mais, buscará garantir que sejam indenizados por eventual dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei. Quanto à coleta de dados em ambiente virtual, será configurada para que os sujeitos envolvidos sempre recebam cópia de suas respostas, destacando-se a importância de que o participante da pesquisa guarde em seus arquivos uma cópia desse documento. No caso específico dos discentes, será enviado e-mail aos responsáveis, após contato da Direção, e será encaminhado o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), via Google Forms. Com o aceite, o responsável terá acesso ao conteúdo dos questionários. Após essa etapa de assentimento, a pesquisadora entrará em contato, via e-mail, com os discentes (somente com aqueles cujos responsáveis consentiram), expondo as informações sobre a pesquisa e encaminhando o questionário on line, via Google Forms. Caso esses procedimentos aconteçam em momento presencial, ocorrerá a gravação de voz apenas, para o mesmo fim; garantindo-se, em qualquer situação, o sigilo e anonimato dos participantes, sendo os resultados utilizados somente para efeitos deste estudo acadêmico. Devido ao período de medidas de segurança para saúde pública, se o conjunto de coleta de dados se der em ambiente virtual: os questionários serão enviados em e-mail por meio de link para preenchimento em Google Forms, e tanto as entrevistas quanto o grupo focal serão realizados em sala virtual – Google Meet. Para esses últimos procedimentos, os participantes receberão link de acesso via e-mail e será necessária a gravação pela pesquisadora para posterior transcrição do conteúdo. No início desses procedimentos os participantes serão informados que, após o retorno às atividades presenciais, haverá necessidade de assinar o termo de autorização de uso de imagem. Ressalta-se que, sendo as entrevistas e grupo focal realizados em ambiente virtual durante o período em que estiverem instaladas as medidas de segurança para a saúde pública, ocorrerá, com a devida autorização do participante, gravação de voz (e imagem, se disponibilizada simultaneamente), exclusivamente com o objetivo de análise de dados para a pesquisa. As informações serão tratadas com a devida segurança pela pesquisadora, resguardando a proteção da imagem e a confidencialidade, sendo a identidade dos participantes tratada com padrões profissionais de sigilo, conforme a legislação brasileira (Resolução N° 466/12 e Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde). Ainda com o objetivo de assegurar a integridade dos sujeitos participantes, a pesquisadora esclarece que o participante tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016
Bairro: CENTRO **CEP:** 88.340-055
UF: SC **Município:** CAMBORIÚ
Telefone: (47)2104-0882 **E-mail:** cepsh@ifc.edu.br

Continuação do Parecer: 4.537.207

que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização.

Benefícios.

Os benefícios relacionados com a participação nesta pesquisa serão indiretos, visto que as informações coletadas fornecerão subsídios para as ações que podem ser implementadas pela instituição em relação aos conselhos de classe.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto atende aos aspectos teóricos e metodológicos exigidos em uma pesquisa desta natureza e também as resoluções que embasam o sistema CEP/CONEP (Resolução 510/16).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto apresenta todos os elementos exigidos pela Resolução 510/16.

Recomendações:

1. Em conformidade com a Resol.CNS CEP/CONEP 510/16, os projetos aprovados pelos CEPs, devem ao seu final apresentar junto à Plataforma Brasil, o Relatório Final do mesmo (o documento deverá ser encaminhado até 30 dias após a última data prevista no cronograma de execução da pesquisa.
2. Recomenda-se manter o CEP/SH do IFC informado, sempre que houver mudanças no protocolo, por meio da Emenda de Protocolo, para análise.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo está aprovado, pois está de acordo com as prerrogativas éticas exigidas na Resolução CNS 510/16.

Considerações Finais a critério do CEP:**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1581374.pdf	17/12/2020 23:42:06		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termoconsentimentoresponsaveispbdezembro.docx	17/12/2020 23:29:06	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de	termoassentimentoestudantespbdez	17/12/2020	DEBORA MAGNA	Aceito

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

Bairro: CENTRO

CEP: 88.340-055

UF: SC

Município: CAMBORIÚ

Telefone: (47)2104-0882

E-mail: cepsh@ifc.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE



Continuação do Parecer: 4.537.207

Assentimento / Justificativa de Ausência	embro.docx	23:28:22	SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termoconsentimentocoordenadoriapbdezembro.docx	17/12/2020 23:27:47	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termoconsentimentodocentespbdezembro.docx	17/12/2020 23:25:33	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoatualizadopbnovembro.docx	23/11/2020 01:05:54	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
Outros	cartarespostapbnovembro.docx	23/11/2020 01:02:48	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termoconsentimentoresponsaveisnovembro.docx	23/11/2020 01:00:31	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termoassentimentoestudantesnovembro.docx	23/11/2020 01:00:14	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termoconsentimentocoordenadorianovembro.docx	23/11/2020 00:59:56	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termoconsentimentodocentesnovembro.docx	23/11/2020 00:59:28	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
Outros	declaracaocep.jpeg	22/11/2020 18:14:56	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoatualizado.docx	26/10/2020 20:53:34	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentolivreesclarecidoresponsaveis.docx	26/10/2020 20:49:53	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentolivreesclarecidodocentes.docx	26/10/2020 20:49:08	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

Bairro: CENTRO

CEP: 88.340-055

UF: SC

Município: CAMBORIU

Telefone: (47)2104-0882

E-mail: cepsh@ifc.edu.br

Continuação do Parecer: 4.537.207

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentolivreescclarecido.p .docx	26/10/2020 20:48:42	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeassentimentolivreescclarecido.do cx	26/10/2020 20:46:59	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
Outros	cartaresposta.pdf	28/08/2020 19:34:21	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	projetoconselhodeclassereenviarplatafor mabrasil.docx	28/08/2020 18:14:39	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
Outros	termodeutilizacaoededados.docx	28/08/2020 18:09:14	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao.pdf	30/06/2020 15:21:30	Michele Catherin Arend	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	parecerfavoravel.docx	30/06/2020 15:21:15	Michele Catherin Arend	Aceito
Outros	apendicescoletadedadosconselhodeclas se.docx	22/06/2020 19:22:44	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	22/06/2020 16:20:34	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoconselhodeclassesubm.docx	22/06/2020 16:18:08	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentopaisdebora.docx	22/06/2020 15:15:53	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeassentimentoestudantedebora.d ocx	22/06/2020 15:15:24	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentocoordenadoriade bora.docx	22/06/2020 15:14:50	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentodocentesdebora.d ocx	22/06/2020 15:14:16	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Aceito

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

Bairro: CENTRO

CEP: 88.340-055

UF: SC

Município: CAMBORIU

Telefone: (47)2104-0882

E-mail: cepsh@ifc.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE



Continuação do Parecer: 4.537.207

Ausência	termodeconsentimentodocentesdebora.d ocx	22/06/2020 15:14:16	DEBORA MAGNA SANTOS COSTA DE SOUZA	Acelto
----------	---	------------------------	--	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMBORIU, 12 de Fevereiro de 2021

Assinado por:

MARIA ANGELICA DE MORAES ASSUMÇÃO PIMENTA
(Coordenador(a))

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

Bairro: CENTRO

CEP: 88.340-055

UF: SC

Município: CAMBORIU

Telefone: (47)2104-0882

E-mail: cepsh@ifc.edu.br